

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Maria Inez Sodré Saraiva

DE ONDE VENHO? PARA ONDE VOU? CONHECENDO O ALUNO DO PROVOC DLIS

Rio de Janeiro

2010

Maria Inez Sodré Saraiva

DE ONDE VENHO? PARA ONDE VOU? CONHECENDO O ALUNO DO PROVOC DLIS

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientador: Gustavo Corrêa Matta
Co-orientadora: Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun

Rio de Janeiro
2010

S243o

Saraiva, Maria Inez Sodré

De onde venho? Para onde vou? Conhecendo o
aluno do PROVOC DLIS. / Maria Inez Sodré Saraiva.
- 2010.

96f : il.

Orientador: Gustavo Corrêa Matta

Co-orientadora: Mirian Paura Sabrosa Zippin
Grinspun

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, 2010.

1. Educação. 2. Programa de Vocação Científica.
3. Política Social. 4. Iniciação Científica. I.
Matta, Gustavo Corrêa. II. Grinspun, Mirian
Paura Sabrosa Zippin. III. Título

CDD 370

Maria Inez Sodré Saraiva

DE ONDE VENHO? PARA ONDE VOU? CONHECENDO O ALUNO DO PROVOC DLIS

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em: 30 / 06 / 2010

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Ana Margarida de Mello Barreto Campello – EPSJV / FIOCRUZ

Dr^a. Bianca Antunes Cortes – EPSJV / FIOCRUZ

Dr^a. Isabela Cabral Félix de Sousa - IMS / UERJ

*Dedico esse trabalho
aos meus filhos Eduardo e Rodrigo,
à minha família,
aos meus amigos
e a todos que me apoiaram nessa trajetória.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar

A Lisabel Klein, por acreditar em meu potencial e me proporcionar a oportunidade de estar no lugar certo e na hora certa, o que possibilitou que essa etapa da minha vida acadêmica tivesse sucesso.

A Gustavo Matta, meu amigo e orientador, pela dedicação, paciência, compreensão e carinho que foram tão necessários nesses dois últimos anos.

A Luiz Macahyba, meu primo de sangue e meu irmão de alma, pela presença em todos os momentos, tanto através de palavras, quanto no apoio irrestrito, confiança e ajuda material.

*“Sem a curiosidade que me move, que me
inquieta, que me insere na busca, não aprendo
nem ensino”
(Paulo Freire)*

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise da trajetória dos jovens participantes do Programa de Vocação Científica/Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável /Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz desde 2003 a 2008. Foi realizada uma revisão da literatura sobre políticas públicas e juventude objetivando discutir a construção social e política dos programas voltados para esta população, bem como a identificação de marcos históricos e conceituais que orientam as políticas sociais da Fundação Oswaldo Cruz. Como estratégia de pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com gestores Fiocruz e com coordenadores de projetos e de programas institucionais voltados para a comunidade de Manguinhos, bem como, a realização de um grupo focal com egressos do PROVOC/DLIS com o objetivo de analisar as expectativas desses alunos ao ingressarem e ao final do programa, assim como, identificar o percurso institucional e pessoal do aluno e as possíveis repercussões sociais, familiares e profissionais dos jovens que participam do Programa. Conclui enfatizando posicionamentos e sugestões que contribuam para que novos caminhos possam ser pensados na questão da inserção de jovens de comunidades carentes em Programas de Vocação Científica mantidos por instituições de pesquisa.

Palavras-Chave: Juventude. Políticas Sociais. Pobreza. Iniciação Científica.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the trajectory of youth participants of Scientific Vocation Program - Integrated and Sustainable Local Development Programme of Joaquim Venancio Polytechnic Health School of Oswaldo Cruz Foundation (PROVOC DLIS / EPSJV / FIOCRUZ) program from 2003 to 2008. We performed a literature review on public policies and youth aimed to discuss the social and political construction of programs for this population, and the identification of historical and conceptual foundations that guide the social policies of FIOCRUZ. As a research strategy, interviews were conducted with managers of Fiocruz and with managers of projects and institutional programs aimed at the community of Manguinhos, as well as, conducting a focus group with alumna of PROVOC / DLIS with the aim of analyzing the expectations of these students at entry and at the end of the program, as well as tracing institutional and student's personal and possible social, familiar and professional repercussions of these who participate in the program. Concludes by emphasizing positioning and suggestions to help ensure that new ways can be thought on the issue of integration of young people from poor communities in Scientific Vocation Program maintained by research institutions.

Keywords: Youth. Social Policy. Poverty. Undergraduate Research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Imagem do território de Manguinhos via satélite.....	26
----------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Fluxo dos alunos etapa iniciação do Provoc DLIS de 2003 a 2008	33
Tabela 2	Fluxo dos alunos etapa avançado do Provoc DLIS de 2003 a 2008.....	33

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
BIO-MANGUINHOS	Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAP	Colégio de Aplicação
CCAP	Centro de Cooperação e Atividades Populares
CEASM	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CEAT	Centro Educacional Anísio Teixeira
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome e Pela Vida
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COTRAM	Cooperativa de Trabalhadores de Manguinhos
CPHA	Associação Canadense de Saúde Pública
C&T	Ciência e Tecnologia
DLIS	Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
FeSBE	Federação de Sociedades de Biologia Experimental
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FIOTEC	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde
FUNABEM	Fundação de Bem Estar do Menor
GT	Grupo de Trabalho
HIV/AIDS	Vírus da Imunodeficiência Humana(Human Immunodeficiency Virus)/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida(Acquired Immune Deficiency Syndrome).
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LIC - PROVOC	Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica – Programa de Vocação Científica

LTM	Laboratório Territorial de Manguinhos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROVOC	Programa de Vocação Científica
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
REDES	Redes de Desenvolvimento da Maré
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO 1	18
2.1 OS PROJETOS SOCIAIS DA FIOCRUZ	18
2.2 PROGRAMA DE VOCAÇÃO CIENTÍFICO / PROVOC	20
3 CAPÍTULO 2	23
3.1 O TERRITÓRIO DE MANGUINHOS	23
3.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL EM MANGUINHOS (DLIS)	26
3.3 PROVOC/DLIS	30
3.4 HISTÓRICO DAS TURMAS DO PROVOC/DLIS	34
4 CAPÍTULO 3	37
4.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	37
4.2 A HISTÓRIA DA POBREZA NO BRASIL	40
4.3 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	47
5 CAPÍTULO 4	51
5.1 A JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	51
5.2 O CONHECIMENTO ADQUIRIDO E PARTILHADO	56
5.3 AS QUESTÕES FINANCEIRAS	60
5.4 DE ONDE VENHO? PARA ONDE VOU?	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE A – TERMO DE REFERÊNCIA 1	90
APÊNDICE B – TERMO DE REFERÊNCIA 2	91
APÊNDICE C – TERMO DE REFERÊNCIA 3	92
APÊNDICE D – TERMO DE REFERÊNCIA 4	93
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA	94
APÊNDICE F – ROTEIRO DE GRUPO FOCAL	95

1 INTRODUÇÃO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) vem construindo ao longo dos anos uma trajetória de inclusão social de jovens no contexto educacional. Essa política se mantém afinada com a Proposta de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) voltada para uma visão do homem integral que, vivendo em sociedade, materializa sua condição histórica com seus determinantes políticos, econômicos, assim como, sociais e culturais.

A Fiocruz desenvolve diversos programas de promoção da melhoria das condições de vida de grupos sociais carentes e desassistidos. Um desses programas, o DLIS (Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), age diretamente nas diversas comunidades próximas a instituição com ações sociais, voltadas para a promoção da saúde na comunidade de Manguinhos.

Desde 2003, em parceria com a EPSJV, o DLIS, mais especificamente o Projeto desenvolvido pelo Laboratório Territorial de Manguinhos, passou a fazer parte do Programa de Vocação Científica (PROVOC) mantido pela escola, através do Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica (LIC). Esse programa proporciona a jovens do ensino médio, a inserção na pesquisa científica.

O Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica tem como finalidade gerar, absorver e difundir conhecimentos da área de Ciência e Tecnologia (C&T) e Saúde. Visando a melhoria da formação dos estudantes, o laboratório organiza e coordena ações integradas e estratégias em educação e ciências. Com a inserção dos jovens, moradores da comunidade de Manguinhos, no programa DLIS, abriu-se para eles a possibilidade de inclusão social e de formação como pesquisadores no campo das ciências sociais e biomédicas, tanto na escola, quanto na própria Fiocruz.

Esse trabalho se propõe a analisar o processo de inserção do jovem morador da comunidade de Manguinhos no Programa PROVOC DLIS, a partir de suas experiências no Programa. Para tanto procuramos identificar o perfil sócio-econômico e cultural desse jovem analisando suas expectativas ao ingressar no Programa e suas impressões ao final deste.

Nesse sentido, possibilita uma discussão do PROVOC DLIS no âmbito das políticas sociais da Fiocruz, entre essas atividades situam-se projetos sociais de inclusão, promoção a saúde e geração de renda, A EPSJV insere-se no contexto dessas políticas a partir da abertura de seu programa de vocação científica para a entrada dos jovens das comunidades carentes vizinhas a Instituição.

A relevância desse estudo é tentar identificar os princípios que norteiam esse projeto, destacando a importância dos Programas Educacionais e Científicos na formação dos jovens de baixa renda da comunidade de Manguinhos. Também pretendemos que, a partir da experiência desses jovens, haja uma repercussão no estudo de juventude na sua relação com educação profissional, assim como, nas discussões que envolvam iniciação científica e jovens de comunidades carentes.

O interesse por esse tema surgiu durante meu trabalho no laboratório de Iniciação Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (PROVOC) como participante da equipe de seleção dos candidatos a ingressarem no programa em 2007. Pude acompanhar as diversas etapas, entre elas as entrevistas realizadas com alguns alunos selecionados para participarem do PROVOC DLIS e ouvir seus anseios e questionamentos em relação à possibilidade de estarem inseridos em um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório Territorial de Manguinhos. A partir dessa experiência senti a necessidade de elaborar um projeto de pesquisa que estude essa inserção, sua estrutura e as suas consequências na vida profissional e social desses estudantes.

Essa pesquisa surge no interior do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, pois embora o programa de iniciação científica não seja tratado como formação profissional na lógica concreta, podemos considerar que se trata de educação profissional na medida em que se pretende estimular a partir dos jovens participantes, um futuro pesquisador e, para tanto, se utiliza uma vivência em ambientes de pesquisa, proporcionando a prática e o contato com a pesquisa em diversos campos e com o trabalho, a prática científica.

O objetivo principal desse nosso estudo foi analisar a trajetória do jovem estudante residente na comunidade de Manguinhos, no PROVOC DLIS e, por sua vez, no Programa de Vocação Científica – PROVOC, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Para tanto buscamos identificar o perfil do aluno inserido no Programa; analisar as expectativas desses alunos ao ingressarem e ao final do PROVOC DLIS, assim como, identificar o percurso institucional e pessoal do aluno e as possíveis repercussões sociais, familiares e profissionais dos jovens que participam do Programa.

Essa pesquisa foi constituída de uma investigação empírica e de abordagem qualitativa, tendo como proposta analisar a inserção e trajetória do aluno no PROVOC DLIS, sob o ponto de vista de suas expectativas e vivências. De acordo com Cruz Neto (1994), entre as várias formas de abordagem para a obtenção de dados, a entrevista/questionário (obtenção de informações contidas na fala dos atores sociais) tem um grande destaque por se tratar de importante componente da realização da pesquisa qualitativa.

Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa é a que pode ser caracterizada como sendo a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados.

A escolha de um local adequado para a pesquisa e a familiaridade do pesquisador com os membros do grupo são características fundamentais da pesquisa qualitativa. Uma vez decidido o local da pesquisa, o pesquisador deve entrar em contato com os possíveis entrevistados e, durante o transcorrer da pesquisa ele deve buscar manter certo distanciamento para poder obter informações e analisá-las. A pesquisa qualitativa é importante para identificar os olhares, as experiências, crenças, valores e práticas dos sujeitos participantes. Exige um afastamento do pesquisador.

Em se tratando de Ciências Sociais cabe ressaltar alguns aspectos importantes. Para Minayo (2007), cada sociedade existe e se constrói em um determinado espaço e sua organização acontece sempre de forma particular e conseqüentemente diferente de outras, isso significa que o objeto das Ciências Sociais será sempre histórico, mesmo que existam traços comuns entre sociedades que vivenciam a mesma época histórica. São características das questões sociais tanto a provisoriedade, quanto o dinamismo e a especificidade. Para a autora, existe uma identidade entre sujeito e objeto nas Ciências Sociais, pois a pesquisa que é realizada nessa área lida com seres humanos que tem um substrato comum de identidade com o pesquisador decorrente, por exemplo, de faixa etária, razões culturais de classe, etc, o que determina que na investigação social se estabeleça uma relação entre o pesquisador e seu campo de estudo. Partindo do princípio que não existe uma ciência que seja neutra, Minayo (2007) afirma que um aspecto que distingue as Ciências Sociais é o fato de ela ser intrínseca e extrinsecamente ideológica e de seu objeto ser essencialmente qualitativo.

A partir das afirmativas acima, podemos entender que a metodologia da pesquisa social pode ser definida como sendo o caminho do pensamento e a prática que se exerce na abordagem da realidade, podendo ser incluídos nessa metodologia: a teoria da abordagem (como método); os instrumentos de operacionalização do conhecimento (como técnica) e a própria criatividade do pesquisador (características como: sensibilidade, experiência e capacidade pessoal). Segundo Minayo (2007), para que não se caia na externalidade, a metodologia precisa não se limitar a técnicas e instrumentos, precisa propiciar um dialogo constante entre a teoria com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

Entendendo que toda investigação tem seu inicio na formulação de uma questão, de um problema, de uma pergunta ou de uma dúvida, podemos afirmar que o conhecimento elaborado anteriormente, conhecimento esse construído cientificamente por outros estudiosos

que abordaram essas questões antes de nós, precisa ser comparado e agregado à criação de novos referenciais. Por mais bem elaborada que seja uma teoria, não consegue sozinha explicar todos os fenômenos e processos:

Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar ou interpretar todos os fenômenos e processos. Por vários motivos. Primeiro porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade. (MINAYO, 2007, p. 17).

Tal como descrita por Minayo (2007), foram realizadas no projeto, entrevistas semi-estruturadas, ou seja, entrevistas que combinam perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado pode discorrer sobre o tema sem se prender a indagação formulada. Foram entrevistados:

1) Coordenação do DLIS, no sentido de compreender todo o processo de implantação, desenvolvimento e ações que o Programa realiza e a inserção desse Programa dentro das iniciativas de Promoção a Saúde nas comunidades próximas mantidas pela Fundação Oswaldo Cruz. A partir da análise dessa entrevista poderemos traçar a trajetória do Programa desde a sua implantação até o momento atual.

2) Coordenação do PROVOC/PROVOC DLIS, é importante realizar esta entrevista para situar o PROVOC DLIS dentro do PROVOC, entender as diretrizes utilizadas desde o início do convênio que possibilitou a criação do PROVOC DLIS, assim como, para entender a inserção do jovem de Manguinhos dentro do Programa, o processo seletivo que determinou a escolha desses jovens, o acompanhamento durante todo o tempo de participação deles no Programa e as expectativas que essa Coordenação tem sobre o PROVOC DLIS no momento atual.

3) Gestor da Fiocruz na época em que o Programa DLIS foi criado e implementado na instituição por iniciativa de um grupo de pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública.

Também foi realizado nessa pesquisa um grupo focal de seleção aleatória entre alunos egressos de diversas turmas do PROVOC DLIS. Foi importante para esse estudo a realização desse grupo focal para analisar como se deu essa experiência, quais os impactos que trouxeram para suas vidas tanto no âmbito social, quanto no familiar e profissional. A partir dos depoimentos pudemos analisar também os processos de inserção, acompanhamento, visão pessoal de cada aluno sobre o Programa e sobre a pesquisa onde estão inseridos e suas expectativas ao terminar o Programa.

O Grupo Focal pode ser definido como a reunião de um grupo de pessoas para uma discussão sobre uma questão-chave ou tema específico. No grupo focal a unidade de análise deixa ter o foco na pessoa e permite uma observação participante no grupo, com a moderação flexível do pesquisador tanto na análise quanto na interpretação dos dados obtidos. Segundo Triviños (1987) esse registro deve contribuir para a construção aproximada da visão de mundo dos atores que fazem parte do universo pesquisado, constituindo no ponto de vista do seu formato uma unidade.

As entrevistas e o grupo focal foram gravados e transcritos na íntegra.

Consideramos a revisão da literatura referente aos estudos sobre políticas para a juventude, também, como estratégia de pesquisa.

Como fundamentação teórica usaremos como referência os seguintes autores: Ariès (1978), Groppo (2000) e Fau (1968) para traçar as concepções de infância e juventude até os dias atuais; Basílo, Earp e Noronha (1998), Alvim (1994) e Abromavay (2002 e 2007) para analisar as políticas públicas voltadas aos jovens e Stotz, Valla e Algebaile (2005) no sentido de historicizar o aparecimento da pobreza no Brasil e seus desdobramentos que acabaram por influenciar o conceito atual de juventude. Para discutir as concepções de juventude existentes usaremos Carrano (2007, 2010) e Dayrell (2003) e para discutir a relação juventude/pobreza/trabalho trataremos Porchmann (2004) e Guimarães (2005). Usaremos também as informações contidas nos estudos de Lima, Bueno (2010) e Pivetta, Freitas e Martins (2003) para construir um histórico do território de Manguinhos.

Algumas dificuldades foram encontradas na realização do trabalho de campo. Conciliar datas e horários com os coordenadores, pesquisadores e gestores entrevistados e os alunos egressos do PROVOC DLIS participantes do grupo focal atrasou o cronograma pré estabelecido. Também houve dificuldade em reunir esse grupo de ex alunos para o grupo focal, devido a própria natureza da seleção para as turmas que aponta para uma heterogeneidade de idade e ocupação e a longa taxa de desistência. Também a mudanças de residência, de telefone e email foi um fator de entrave nos contatos com esses atores. Além disso, os contatados, praticamente todos já empregados, tiveram dificuldade em serem liberados do trabalho para participar da pesquisa. Outrossim, o fato de não haver aluno matriculado no PROVOC DLIS, no ano de 2009, impossibilitou que ouvíssemos atuais alunos matriculados no programa. Apesar dessas dificuldades consideramos que tanto as entrevistas, quanto o grupo focal foram fundamentais no sentido de enriquecerem a discussão realizada por essa pesquisa.

Para atender a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa envolvendo seres humanos, esse projeto juntamente com os instrumentos (questionários, roteiros do grupo focal) e os termos de consentimento (APÊNDICE 1), foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da própria instituição.

2 CAPÍTULO 1

Nesse capítulo apresentamos alguns projetos sociais implementados pela Fundação Oswaldo Cruz, assim como, apresentamos o Programa de Vocação Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz no sentido de nos aproximarmos de nosso objetivo nesse trabalho de pesquisa.

2.1 OS PROJETOS SOCIAIS DA FIOCRUZ

A Fundação Oswaldo Cruz tem como uma de suas características ser o celeiro de pesquisas e produção científica na área da Saúde Pública, proporcionando aos seus pesquisadores o ambiente necessário para o desenvolvimento de vacinas, medicamentos, estratégias de combate e controle de doenças, bem como de estudos, formulação e avaliação de políticas e ações de saúde, entre outros.

Criada em 25 de maio de 1900, com o nome de Instituto Soroterápico Federal com o simples objetivo de fabricar vacinas contra a peste bubônica. Porém a partir de 1902, quando Oswaldo Cruz assumiu sua direção, o instituto passou a se dedicar também a pesquisa e a medicina experimental. Daí em diante o instituto, localizado em Manguinhos, se tornou base para campanhas de saneamento para o Rio de Janeiro e para todo o território brasileiro, principalmente no interior do país. Na década de 30, o Instituto foi transferido para o recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1970, foi instituída a Fundação Oswaldo Cruz formada pelo Instituto Oswaldo Cruz, a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde (atualmente Escola Nacional de Saúde Pública) e o Instituto Fernandes Figueira.

Atualmente a Fiocruz mantém acordos de cooperação com instituições similares de vários países nos cinco continentes, possibilitando o intercâmbio de experiência, o apoio a pesquisas, o desenvolvimento tecnológico e a formação de recursos humanos para a saúde. A Fundação tem hoje, uma estrutura diversificada e sua base se localiza em um campus de 800.000 m², às margens da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. Em torno dos prédios que formavam o Instituto Soroterápico (Pavilhão Mourisco-Castelo; Pavilhão do Relógio e a Cavalaria) funcionam mais quinze unidades técnico científicas e administrativas. Além dessas unidades do Campus Manguinhos, a fundação tem outras cinco unidades nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Amazonas. Podemos dizer, segundo informações coletadas em publicação institucional, que a Fiocruz movimenta sua complexa estrutura com base em seis grandes programas institucionais: Pesquisa e desenvolvimento tecnológico; ensino em saúde e ciência & tecnologia; produção de bens e insumos para a

saúde; serviços de referência em saúde; informação e comunicação em saúde e ciência & tecnologia; gestão e desenvolvimento institucional.

Nesse sentido, o programa institucional de iniciação científica para jovens estudantes do ensino médio insere-se no cenário das ações da instituição, como uma política de educação permanente em saúde, para incentivar e despertar a vocação científica e o interesse da prática da pesquisa já nos ensino médio.

Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (2007), define-se como iniciação científica o instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica os estudantes potencialmente mais promissores. Inseridos no PROVOC, os estudantes têm a oportunidade de aprender sob orientação de pesquisadores experientes e reconhecidos em suas áreas de atuação, tendo assim a oportunidade de ampliar seus conhecimentos nas diversas áreas da pesquisa científica. Esses jovens são inseridos, antes mesmo de sua graduação, no ambiente onde vivenciam o dia a dia das pesquisas científicas e podem observar, estudar e participar desenvolvendo projetos junto das equipes de pesquisadores em seu próprio local de trabalho.

Afinada com essas diretrizes, a Fiocruz desenvolve uma série de projetos e programas na área social o que beneficia os jovens no âmbito de sua formação social e profissional, assim como suas famílias e comunidades. São exemplos desses conjuntos de projetos:

1) Projeto Fazendo e Aprendendo - Um projeto político-sócio-pedagógico em parceria com a Associação Beneficente São Martinho que tem como objetivo oferecer aprendizado nas diversas áreas da Fundação como meio de integrar adolescentes, na faixa dos 16 e 18 anos, em situação de risco à sociedade. Eles são contratados sob o regime da CLT, com carteira profissional como auxiliar de serviços gerais na área administrativa, com todos os direitos garantidos. Muitos desses jovens ingressam no mercado de trabalho após saírem do projeto e continuam seus estudos. Para estarem aptos a participar do projeto esses jovens precisam estar matriculados na rede de ensino e ter frequência e pontualidade nos locais onde cumprem suas atividades dentro das Unidades da Fiocruz. É necessário também, que suas famílias não ultrapassem a renda de três salários mínimos.

2) Programa de Educação de Jovens e Adultos - PEJA/FIOCRUZ - Criado com o objetivo de incentivar e possibilitar a elevação de escolaridade dos servidores da Fundação, fundamentado na prática pedagógica de uma educação contextualizada com o mundo do trabalho, visando melhorar o desempenho técnico e profissional e também a formação do sujeito crítico e criativo. Muitos desses alunos prosseguem seus estudos, inclusive ingressando no ensino superior ou especialização técnica.

3) Oficina-Escola de Manguinhos - É um projeto voltado para o Programa de Conservação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos que é desenvolvido pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz. Os jovens inscritos no programa, que tem sua ação pedagógica no campo da educação profissional, são orientados e treinados para atuarem na restauração do patrimônio construído, valorizando os trabalhos artesanais e artísticos e desenvolvendo atividades que articulam teoria e prática, na inserção no mercado de trabalho e na formação do cidadão. São beneficiários do programa os jovens de 16 a 22 anos, sendo priorizados os que vivem em situação de risco.

Embora o Programa de Vocação científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio não possa ser considerado um programa social no sentido estrito do seu significado, podemos aproximar o programa dessa categoria entendendo que existem dentro do programa ações voltadas para as comunidades vizinhas a Fiocruz a partir de 03 (três) iniciativas já consolidadas em parcerias com o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM/REDES) na comunidade da Maré, com o Laboratório Territorial de Manguinhos da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz e mais recentemente com BIOMANGUINHOS (Projeto Somar). São essas parcerias que permitem a inserção de jovens moradores e alunos do ensino médio de escolas públicas próximas, para participar e desenvolver projetos junto aos seus orientadores, dentro de unidades da Fiocruz.

2.2 PROGRAMA DE VOCAÇÃO CIENTÍFICA / PROVOC

O Programa de Vocação Científica/ PROVOC é uma iniciativa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio que tem como objetivo o ensino e dedica-se à iniciação científica de estudantes de nível médio dentro dos diversos laboratórios da Fundação Oswaldo Cruz (FRUTUOSO, 2004).

O PROVOC tem os seus principais objetivos expressos da seguinte forma: a) despertar no estudante o interesse pela pesquisa científica; b) descobrir estudantes que se identifiquem com a pesquisa científica; c) contribuir na escolha profissional consciente desse estudante; d) possibilitar a participação do estudante no desenvolvimento da pesquisa científica; e) permitir a vivência do estudante em um laboratório, num confronto teórico-prático; f) contribuir para a precoce formação científica do aluno do nível médio de ensino. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1995).

Desde abril de 1986 a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio propicia aos jovens alunos de Ensino Médio a integração nas rotinas de trabalhos dos pesquisadores da

instituição que atuam em diversas áreas, através do Programa de Vocação Científica (PROVOC). Esse Programa torna possível que alunos de nível médio com faixa etária entre 15 e 19 anos, possam presenciar o dia a dia dos ambientes de pesquisa, assim como, participar do cotidiano do trabalho dos pesquisadores/orientadores, num sentido de que é na prática que se aprende ciência fazendo e vivenciando a ciência.¹ É também durante esta experiência dentro das unidades da Fiocruz que se delineia a possibilidade do estudante poder descobrir, verificar e corrigir equívocos da sua própria escolha profissional.

O Programa de Vocação Científica é uma iniciativa que gera resultados concretos na formação de jovens pesquisadores. Ele propõe e demonstra ser possível, com vontade política, ousadia e criatividade, mobilizar e investir em idéias que sinalizam vias transformadoras. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1995)

No primeiro ano do Programa, mediante um convênio firmado entre a UERJ e a FIOCRUZ, alunos do primeiro ano do ensino médio do Colégio de Aplicação da UERJ passaram por um processo de seleção e iniciaram suas atividades junto aos pesquisadores em abril. A partir de 1987 o Centro Educacional Anísio Teixeira (CEAT) foi integrado à proposta o que emprestou ao Programa um perfil diversificado enriquecendo e ampliando sua dimensão. Em 1990, abriram-se vagas para os alunos dos Colégios Pedro II, São Vicente de Paulo, Instituto Metodista Benett e Colégio de Aplicação (Cap) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP/UFRJ), até 1995 o processo de inserção gradual foi concluído com a participação de cinco unidades de ensino do Colégio Pedro II, num total de 10 escolas envolvidas. Atualmente o PROVOC recebe também alunos das Organizações Não-Governamentais Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES) e Rede Centro de Cooperação e Atividades Populares (CCAP), além das unidades de Niterói e Caxias do Colégio Pedro II, perfazendo um total de 16 instituições participantes.

Segundo a coordenação do programa, dentro da lógica do processo seletivo dos alunos para o PROVOC não existe um trabalho direto com as escolas e com os alunos, mas sim com as coordenações que são definidas como as responsáveis por esse processo dentro das escolas e que tem total autodomínio para identificarem os alunos mais interessados em participar e definirem dentro de suas realidades quais alunos participarão da seleção final realizada pela equipe do programa.

¹ Não analisamos nesse estudo o conceito de vocação científica entendendo que a multiplicidade de definições para esse conceito tornaria a análise, que não é prioritária para o entendimento do objeto de pesquisa, muito extensa.

Duas etapas compõem o tempo do aluno no Programa. A primeira denominada de Iniciação tem a duração de um ano, onde o estudante frequenta determinado laboratório, uma manhã ou tarde por semana, sob a orientação de um pesquisador, observando e desenvolvendo atividades que o familiarizem com o ambiente e a pesquisa científica (pesquisa bibliográfica, coleta e organização de materiais, operação de equipamento e técnicas básica de investigação). Ao final dessa etapa o estudante elabora um relatório de atividades realizadas e apresenta seu trabalho final em forma de pôster na Jornada de Iniciação Científica, sendo avaliado por pesquisadores pertencentes a diversas unidades da Fiocruz.

A segunda etapa é o Avançado e tem a duração de vinte meses. Para estar apto a frequentar esta etapa, o estudante com a ajuda de seu orientador, apresenta um subprojeto de pesquisa para ser desenvolvido por ele durante o Avançado. Portanto nessa segunda etapa o aluno desenvolve um trabalho mais consistente em parceria com seu orientador. Ao final dessa etapa o estudante apresenta um trabalho final em forma de pôster ou comunicação oral que é submetido à avaliação de uma banca de pesquisadores.

É preciso considerar que a adesão desses jovens à proposta é voluntária. A iniciação científica não é um componente curricular específico em unidades de ensino voltadas para a formação geral, no ensino médio, estando os conteúdos relacionados à ciência implícitos nas múltiplas disciplinas da grade curricular. (MENDONÇA, 1999, p. 11)

Para o aluno que comprovar a necessidade de uma bolsa de demanda social é depositado um valor que varia de R\$ 36,00 (Iniciação) a R\$ 72,00 (Avançado) com a finalidade de custear o deslocamento de sua residência ou escola até o local onde estiver o laboratório do qual participa. Também é oferecido, pela EPSJV, a todos os alunos matriculados no Provoc, café da manhã ou almoço dependendo do horário em que eles frequentam os laboratórios.

3 CAPÍTULO 2

Nesse capítulo traçamos um breve histórico da comunidade de Manguinhos assim como, apresentamos o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável implementado na Fiocruz com o principal objetivo de suscitar estratégias de intervenção em nas comunidades vizinhas a fundação no sentido de criar e ampliar iniciativas de promoção da saúde junto a essas comunidades. Também relataremos o projeto desenvolvido pelo Laboratório Territorial de Manguinhos que deu origem ao convenio com a EPSJV que possibilitou o surgimento do PROVOC DLIS.

3.1 O TERRITÓRIO DE MANGUINHOS

Faremos nesse momento um breve histórico sobre a origem e o momento atual da comunidade de Manguinhos para podermos situar as questões que discutiremos. Ao construirmos esse relato utilizamos como referência dois autores que publicaram estudos sobre a referida comunidade: Bodstein e Zancan (2003) e Lima e Bueno (2010).

Manguinhos é um território formado, quase totalmente, por um conjunto de favelas que foram formadas em diversos períodos e por motivos diferenciados ao longo dos anos. Nesse momento, vem sofrendo modificações significativas causadas por intervenções que pretendem mudanças de infraestrutura urbana, mas que também acabem mexendo com as relações de poder e isso influencia diretamente os sujeitos coletivos e individuais. Essas modificações são acarretadas por projetos de diversas naturezas, mas com um eixo fincado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) instituído pelo governo federal em parceria com os governos estadual e municipal.

Lima e Bueno (2010) utilizando as informações do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano 2000, do censo PAC Empresarial e Domiciliar do Complexo de Manguinhos do ano de 2009, de dados do Instituto Municipal Pereira Passos e de dados obtidos em estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) apontam para o quantitativo de 38.000 moradores no bairro de Manguinhos e para 48.000 no Complexo de Manguinhos nos dias atuais. Os autores afirmam também que o território de Manguinhos está entre os sete piores no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio de Janeiro.

Em termos de comunidades que fazem parte do grande território denominado de Manguinhos atualmente pode-se dividir em dois grandes conglomerados denominados de:

Bairro de Manguinhos e Complexo de Manguinhos. Do bairro de Manguinhos fazem parte as seguintes comunidades: CHP2, Conjunto Habitacional Nelson Mandela, Parque João Goulart, Parque Carlos Chagas, Mandela de Pedra, Vila Turismo, Nova Embratel, Samora Machel, Parque Oswaldo Cruz- Amorim e Conab e Vitória de Manguinhos. Já do Complexo de Manguinhos fazem parte mais quatro comunidades: CCPL, Vila União, Vila São Pedro e Comunidade Agrícola de Higienópolis.

A ocupação de todo esse território se deu paulatinamente a partir do colonialismo que durante a febre extrativista, expulsou as comunidades indígenas que lá moravam para exploração da grande floresta de pau Brasil que havia ali (Século XIX). Ao fim desse período e com a intensificação da produtividade da agricultura que produzia grandes fortunas tanto para os fazendeiros quanto para Portugal (segunda metade do Século XIX), foi construída na região uma ferrovia para facilitar o transporte de produtos como o café e a cana de açúcar. A Estrada de Ferro Leopoldina que ligava a região portuária do Rio ao norte fluminense, também foi responsável pelo grande afluxo de pessoas, em sua maioria pobres, ex-escravos e mestiços vindos do campo para tentar um emprego ou subemprego na cidade e que teve como consequência um caos urbano na região. Com a desculpa de sanear a região, o Estado expulsou essas pessoas sem dar alternativas habitacionais aos expulsos o que motivou a ocupação das encostas e das periferias desabitadas. Assim foi feita a ocupação de Manguinhos e seu entorno.

Para Lima e Bueno (2010) a partir da metade do século XX, foram as áreas nobres do Rio de Janeiro que se viram saturadas. Pela zona sul da cidade passavam linhas de bonde que ligavam esse bairros ao centro, além disso, grandes avenidas eram construídas também para esse fim. Nesse momento ali também já existiam enormes favelas e ao longo das décadas de 1950 e 1960, novo processo de remoção foi realizado para desocupar a zona sul e dar lugar a novos empreendimentos imobiliários para quem podia pagar por eles. Aliadas a essas remoções, as áreas próximas ao porto também foram desocupadas para a construção da ponte Rio-Nitéroi. Em Manguinhos, diversas áreas de mangue foram aterradas e nesse local cidadãos oriundos tanto da zona sul, quanto dos outros locais foram instalados provisoriamente em barracos de madeira, sem redes de serviços e sujeitos a alagamentos pelos rios e canais que escoam a água da chuva, o esgoto residencial e industrial. Porém o que era provisório virou permanente, o barraco de madeira em muitos casos virou de alvenaria e surgiram as comunidades em torno da via férrea.

Outros fatores contribuíram para a ocupação da região, tais como a migração de moradores das regiões mais desfavorecidas do território brasileiro atraídos pela chance de

melhoria de vida. Essa ocupação se deu de forma espontânea, porém desordenada. Com o passar dos anos, a região foi ocupada por várias gerações que precederam a quem já estava ali, os filhos de moradores, constituíram família e foram aumentando a casa onde moravam ou ocupando áreas ainda vazias e abandonadas.

Os autores citam também que após a grande chuva do final de 1980, para atender aos desabrigados foram construídas unidades habitacionais a beira dos rios e canais, nas mesmas condições de precariedade citadas acima e a partir daí Manguinhos adquiriu seu formato atual, com essa ocupação ao leste da avenida Leopoldo Bulhões e com a ocupação de velhos galpões e prédios industriais já na década de 2000.

Assim é como vemos o Bairro e o Complexo nos dias atuais. Um território onde a pobreza convive com o progresso e com novos programas governamentais, onde a violência mantida pelo tráfico de drogas convive com a exclusão social e o medo e onde a ignorância convive com falta de saneamento, saúde e educação. Um território que transcende a suas próprias definições de um lugar demarcado pelo processo histórico da população que ali reside e o poder que exercem sobre essa área. Por fim, pontuamos esse breve relato com a afirmativa de Bodstein e Zancan:

É importante chamar atenção para o fato de que o Complexo de Manguinhos está longe de ser caracterizado como uma região homogênea, onde todos os seus habitantes partilham das mesmas condições sociais. Diferentemente, a configuração de ocupação da área apresenta uma disposição altamente complexa, marcada por diferenças físico-ambientais e socioeconômicas, embora dentro de um ambiente cujo denominador comum é a pobreza e a ausências de serviços públicos. (BODSTEIN; ZANCAN, 2003, p. 47)

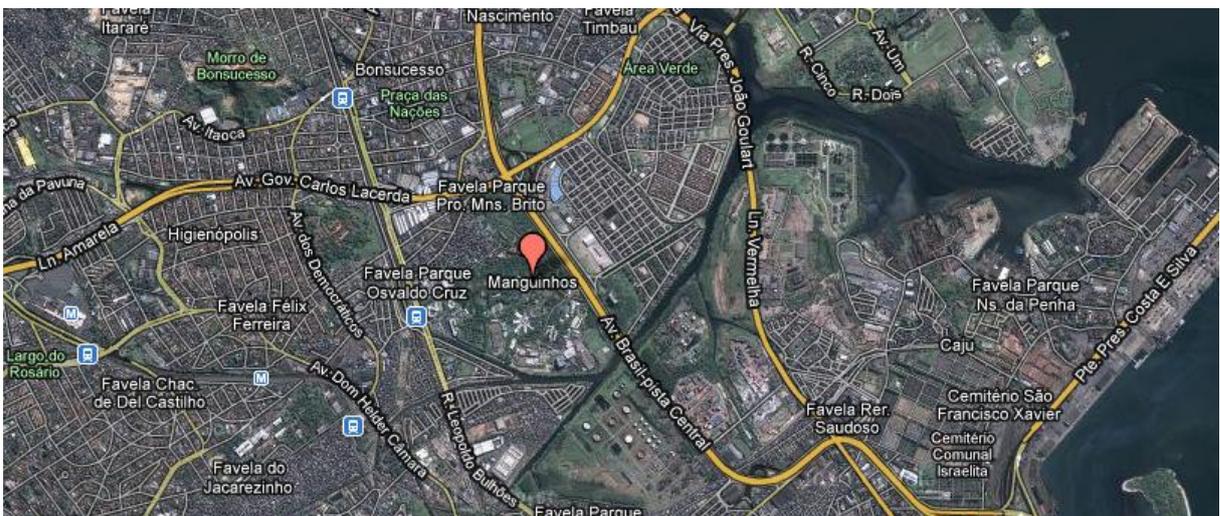


Figura 1 – Imagem do território de Manguinhos via satélite.

Fonte: Google Maps

3.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL EM MANGUINHOS (DLIS)

O histórico do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) na Fiocruz, assim como do projeto que foi criado a partir da parceria entre o Provoc e o LTM (PROVOC DLIS) foi construído levando-se em conta a análise de documentos, relatórios, artigos e publicações e as falas de dirigentes e gestores envolvidos nesses programas.

O Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) foi criado mediante um convênio firmado entre a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e a Associação Canadense de Saúde Pública (CPHA), contando ainda com o financiamento da Canadian International Development Agency e da Agência Brasileira de Cooperação com o objetivo inicial de implantar estratégias de promoção da saúde e consolidar ações junto ao Complexo de Manguinhos, no ano de 1999, na gestão do Dr. Aduino José Gomes como presidente da Fundação Oswaldo Cruz, em uma reunião que ocorreu com a presença do então diretor da ENSP, Paulo Buss, e com as presenças de representantes das entidades envolvidas e da Coordenação pelo Departamento de Ciências Sociais da ENSP.

Segundo depoimento de um dos dirigentes que participou desse primeiro momento e acompanhou de perto todo o desenvolvimento dos projetos baseados em ações DLIS, o convênio que foi estabelecido entre a Fiocruz e o Canadá, basicamente financiou as viagens de intercâmbio dos pesquisadores dos dois países. A princípio as premissas do DLIS no Canadá não atendiam completamente as necessidades de nosso país, havia uma intenção por parte dos pesquisadores da Fiocruz de “tropicalizar” a promoção da saúde, radicalizar os conceitos da promoção da saúde, entendendo que o que atendia as necessidades do Canadá não atingiam a totalidade das necessidades brasileiras. A intenção quando foi implantado o DLIS na comunidade de Manguinhos era:

Ações intersetoriais e mobilização intensa de participação política da comunidade, concretizar parcerias com instituições presentes em Manguinhos, assim como, impactar sobre as condições de vida, sobre a qualidade de vida e conseqüentemente sobre as condições que cercam melhores oportunidades para a saúde envolvendo pesquisadores de diferentes marcos teóricos na construção de um programa DLIS para Manguinhos. (informação verbal)²

Durante o período de implantação do Programa devemos destacar a participação importante das instituições que integram o Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome

² Entrevista realizada com Dirigente da Fiocruz.

e pela Vida - COEP (Fiocruz, Correios, FINEP, BNDS, entre outras), assim como, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, das empresas privadas que mantêm sede na área (EMBRATEL, Refinaria de Manguinhos, Cooperativa dos Trabalhadores de Manguinhos, etc) e das associações de moradores e organizações locais.

No caso do DLIS/Manguinhos, estão envolvidas 11 associações de moradores da região, relativas as seguintes comunidades: Parque Oswaldo Cruz, Parque Carlos Chagas, Vila Turismo, Conjunto Habitacional Provisório 2, Vila União, Parque João Goulart, Vila São Pedro, Conjunto Nelson Mandela, Conjunto Samora Machel, Comunidade Agrícola de Higienópolis e Mandela de Pedra. (BODSTEIN; ZANCAN, 2003)

Segundo as autoras, no âmbito das iniciativas sociais, varias organizações, principalmente a partir de 2001 com a instalação do Fórum Regional, envolveram-se no Projeto, destacam-se nesse processo o Centro de Cooperação e Atividades Populares e as Associações de Mulheres existentes no local. Esses parceiros tiveram participação no exercício do controle social do processo mediante a definição de demandas e prioridades locais e mediante a esse controle que significa a disponibilização de informações técnicas conseguidas a partir da gestão do Programa. Com isso o que se esperava era desencadear um processo de co-responsabilidade entre os diversos interlocutores.

No início, o objetivo do Programa era o de consolidar e fortalecer as diversas iniciativas e projetos que já existiam no âmbito da Fiocruz. Para tanto, foram propostas novas parcerias entre alguns setores da administração pública, das organizações da sociedade civil que já existiam no local e da iniciativa privada. Ele é inspirado na concepção de que a promoção da saúde e uma melhor qualidade de vida englobam o fortalecimento da cidadania e uma maior participação tanto da sociedade quanto do poder público. Pode-se destacar que as iniciativas no campo da promoção da saúde consideram a multiplicidade dos fatores determinantes da qualidade de vida, ou seja, as condições ambientais, o aumento das oportunidades de trabalho e renda, a disponibilidade de moradia e provisão de alimentos, a educação e informação e a possibilidade de acesso à cultura e ao lazer.

Conforme a fala de um dos dirigentes do programa, a idéia dos municípios e comunidades saudáveis surge na Europa e no Canadá na década de oitenta e chega ao Brasil no governo Itamar Franco (1990 a 1995). Logo em seguida, no governo Fernando Henrique (1995 a 2003) os programas sociais ganham novo contorno e mais visibilidade com a atuação

da primeira dama, Ruth, que cria o projeto Comunidade Solidária³ num esforço de mobilização dos institutos públicos no sentido de ajudar as comunidades mais distantes dos grandes centros. Segundo esse interlocutor que participou desse momento: “O projeto adquire uma integralidade, uma concepção holística, um conceito ampliado de desenvolvimento em saúde que se transforma em uma iniciativa de DLIS em tempos de estado mínimo e que serviu de ponto de partida para as ações em Manguinhos”.

É necessário mencionar que, segundo depoimento de dirigente do programa, na década de 90, existia duas concepções que norteavam os conceitos de promoção da saúde; promoção da saúde num sentido restrito que representava a necessidade de educar para a saúde e a promoção da saúde radical que representava a necessidade de políticas públicas saudáveis onde haveria ações que propiciassem o desenvolvimento de habilidades pessoais, de ambientes favoráveis a saúde e de reforço da ação comunitária e reorientação do sistema de saúde.

Para esse dirigente o papel da Fiocruz nesse processo era permeado pelo compromisso com a situação da comunidade que a cercava, para tanto foi assinado um acordo entre o Comitê de Entidades Públicas (COEP)⁴ com a participação de instituições, entre elas a Fiocruz como partícipe desse acordo que tinha o objetivo de decidir as ações que seriam implementadas em torno de 4 eixos principais: geração de trabalho e renda; educação; saúde e nutrição; habitação. Acreditava-se que esses campos se inter-relacionariam de forma que um dinamizaria o outro e que juntos contribuiriam para a melhora da qualidade de vida.

Bodstein e Zancan (2003) explicitam que a gestão do Programa, a partir do primeiro ano de discussão, formulação e tomada de decisões foi estruturada em cinco Grupos de Trabalho (GT), sendo eles: GT1 - Urbanização; GT2 - Trabalho e Renda; GT3 - Saúde; GT4 - Desenvolvimento Social e GT5 - Transversalidade. É importante ressaltar que durante o primeiro ano a dinâmica de funcionamento de cada GT temático foi marcada pela maior ou

³ Conforme publicação no site institucional do governo: “O Comunidade Solidária nasce, cresce e amadurece a partir de uma experiência brasileira e inédita que emergiu no início de 1993 com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). O CONSEA inicia uma nova era colocando na agenda do presidente da República a questão do combate à fome e à miséria como prioridade nacional. O Comunidade Solidária é uma proposta do governo federal de parceria entre os três níveis de governo – federal, estadual e municipal – e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão. Em um processo dinâmico e construído coletivamente. Propõe-se também a introduzir na esfera pública novas formas de gerenciamento de programas sociais, evitando o clientelismo, a centralização, a superposição e fragmentação das ações e a pulverização dos recursos”. (www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12/parte2.pdf - acessado em 01/03/2010).

⁴ Conforme publicação no site institucional: “Criado em 1993, o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida surge dentro do mesmo eixo da Ação da Cidadania e do Movimento pela Ética na Política e em consonância com essas articulações em torno de uma mobilização para o combate a fome. Algumas pessoas ligadas a entidades e movimentos propuseram uma articulação de empresas públicas que pensasse sobre a grave situação da fome no Brasil e sobre o papel público das organizações estatais em relação à fome que era tão explicitada pela sociedade civil.” (www.rts.org.br acessado em 01/03/2010)

menor participação e influência dos atores envolvidos e pela capacidade de proporem soluções para os problemas identificados.

Segundo um dos dirigentes ouvidos, a primeira iniciativa real de intervenção na comunidade de Manguinhos foi do GT2, geração de trabalho e renda. Impulsionados pelas idéias que uniam cooperativismo⁵ e empreendedorismo⁶, mobilizou-se a comunidade no sentido de criar uma cooperativa de trabalhadores que prestassem serviços a Fiocruz, unindo assim a necessidade de mão de obra da instituição com as questões de dificuldade de trabalho dos moradores de Manguinhos. Para esse interlocutor, vários foram os entraves que contribuíram para que as ações nesse sentido não obtivessem êxito, entre eles pode-se apontar: falta de sincronismo entre as ações realizadas na comunidade e as políticas públicas nas três instâncias de governo, municipal, estadual e federal; cobrança pelo Ministério do Trabalho e pelo Tribunal de Contas da União sobre a legalidade do trabalho cooperativado que não obedecia as regras da licitação.

A partir dos dados obtidos na construção desse projeto de pesquisa, iniciamos uma investigação para detectar o documento desse acordo inicial. Para tanto aconteceram contatos telefônicos e presenciais com pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e podemos destacar que não foi encontrado um documento oficial que aponte o DLIS como um projeto Institucional da Fundação Oswaldo Cruz, e que o Programa foi implementado a partir de reunião com membros da comunidade, da ENSP, da Secretaria Municipal de Educação e a presidência da fundação com ata redigida. Segundo um dos dirigentes do programa esta ata está arquivada na coordenação de projetos sociais da Fiocruz.

Vale assinalar que diversos subprojetos foram inseridos no DLIS Manguinhos desde sua implementação em 1993, entre eles estão as intervenções realizadas pelo Laboratório Territorial de Manguinhos na comunidade de Manguinhos. Segundo depoimento de coordenadores do projeto, no LTM as ações começaram inspiradas nas ações eco sistêmicas

⁵ Conforme publicação no site institucional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): “O cooperativismo destaca-se no seu propósito fundamental de substituir o individualismo pela ação coletiva, baseando-se em conceitos e valores humanísticos como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos. A cooperativa é definida como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Pela lei, as cooperativas são livres para nascer e organizar suas atividades e formas de representação, tendo sempre por base os princípios e valores que as caracterizam. Dentre os principais objetivos do cooperativismo estão: criar melhores condições e viabilidade para os empreendimentos; melhorar a renda de seus cooperados; melhorar as condições de trabalho; alcançar a independência do trabalhador; realizar a justiça social eliminando o lucro excessivo do atravessador.”

⁶“Empreendedorismo é o ato de criar e gerenciar um negócio, assumindo riscos em busca de lucro. O empreendedor deve reunir algumas características, entre elas: estar sempre à busca de oportunidades; iniciativa; persistência; comprometimento; saber estabelecer metas, independência e autoconfiança, etc.”

que já vinham sendo introduzidas na saúde coletiva na Fiocruz. O primeiro projeto escrito para o LTM foi delineado no contexto do DLIS Manguinhos e com o intento de construir um olhar para o território da comunidade que contemplasse as questões socioambientais com uma abordagem social para as questões de saúde e ambiente.

Em maio de 2002, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS Manguinhos e do Programa FIOCRUZ SAUDÁVEL, iniciou-se na ENSP o processo de instalação do Projeto “Laboratório Territorial de Manguinhos”. Esse projeto foi concebido como uma instância de intervenção pedagógica no intuito de equacionar as questões ambientais do território de Manguinhos levantadas pelo Fórum Regional de Manguinhos, esse evento foi também o ponto de partida que catalisou a participação dos pesquisadores da Fiocruz e as lideranças de Manguinhos no sentido de um movimento articulador em torno da idéia do Laboratório Territorial de Manguinhos.

3.3 PROVOC/DLIS

A partir de toda essa discussão em torno das necessidades de Manguinhos, o Laboratório Territorial de Manguinhos pretende ser uma instância permanente com o papel de intervir e fortalecer politicamente a comunidade na construção de alternativas saudáveis. O Laboratório apresenta projetos voltados para o desenvolvimento urbanístico, ambiental, social, cultural e de trabalho e renda como estratégias para a melhoria da qualidade de vida, promovendo a participação da população e suas associações. Busca-se, então, promover a reflexão crítica criando condições para que os moradores de Manguinhos possam aliar a essa reflexão as ações práticas na busca de transformação das práticas políticas e da gestão social.

De acordo com uma das coordenadoras do programa, o LTM veio responder a uma demanda do DLIS para colaborar com a discussão saúde e meio ambiente, o que justifica o primeiro estudo voltado para as fontes da poluição. Porém a demanda dos moradores de Manguinhos era bem maior e após a realização do Fórum onde os moradores explicitaram suas necessidades foram construídos quatro mapas temáticos de atuação que abrangiam a própria poluição, a história das pessoas e lugares para a construção da identidade e memória da comunidade, comunicação e saúde para a criação de propostas de conscientização de estratégias para melhoria das condições de vida e ambiente, saúde e desenvolvimento (território e identidade).

Pivetta, Freitas e Martins (2003) explicita que, a proposta do projeto articula três dimensões: a dimensão acadêmica incorporando a reflexão teórica, assim como a construção

de métodos integrados de intervenção e investigação; a dimensão da formação/ensino que estabelece uma relação entre orientadores através de várias estratégias pedagógicas e a dimensão da ação/intervenção envolvendo a produção de conhecimento por intermédio da organização coletiva da informação e também da elaboração de indicadores o que possibilita a criação de instrumentos e mecanismos para que essas informações sejam disponibilizadas e disseminadas. Segundo a autora, pretende-se com isso possibilitar a capacitação da sociedade para a busca de alternativas saudáveis mediante a participação e intervenção política.

Cabe destacar que para a construção de um processo participativo que vise a Promoção da Saúde no contexto local de Manguinhos, o Laboratório Territorial de Manguinhos apóia-se nas propostas conceituais que emergem da discussão ambiental.

A constituição do processo participativo está focada em três aspectos centrais: a promoção da autonomia dos sujeitos do processo, como caminho concreto de superação da iniquidade, através da capacitação de indivíduos e grupos sociais para a tomada de decisão no próprio processo de produção do conhecimento local; o aprofundamento da qualidade da informação, através da co-elaboração de fatos ampliados pela produção compartilhada da informação por diferentes atores; a busca da superação das barreiras institucionais e discursivas para a construção e a disponibilização da informação. (PIVETTA; FREITAS; MARTINS, 2003)

Nesse momento do desenvolvimento do projeto, o LTM sentiu a necessidade de atingir os moradores daquele território a partir de uma nova linguagem, de uma nova abordagem que os motivasse, que tivesse credibilidade. Assim foi pensada, segundo as coordenadoras ouvidas, a inserção de jovens moradores no projeto. Com relação aos objetivos dessa inserção as coordenadoras partem de premissas diferentes. Para uma é uma inserção com objetivo de interlocução com a comunidade:

A introdução desses jovens foi provocada pela necessidade de uma linguagem diferente e mediações que propiciassem a construção de uma real comunicação entre o saber científico e o saber popular, cuja gênese foi trabalhar com essa produção de conhecimento que tivesse a compreensão da população por intermédio dos jovens entendendo que os jovens tem essa capacidade criativa e comunicativa e que poderiam ser os tradutores dessa terceira linguagem. (informação verbal)⁷

Para outra coordenadora o objetivo era o de produção de conhecimento:

A idéia não era ter o jovem, como um mecanismo de interlocução entre o laboratório, a Fiocruz e a comunidade, mas sim de produzir um conhecimento na comunidade com a participação dos jovens. (informação verbal)⁸

Para efetivar essa participação a coordenação do projeto foi em busca de uma parceria com o Programa de Vocação Científica (PROVOC) da EPSJV para propor a participação de jovens de Manguinhos no programa. O PROVOC já tinha uma experiência anterior com a

⁷ Entrevista realizada com a Coordenadora 1

⁸ Entrevista realizada com a Coordenadora 2

participação de jovens moradores da comunidade da Maré e segundo as coordenadoras do programa aceitaram, com a aprovação do diretor da escola, inserir os jovens de Manguinhos e no ano de 2003 foi implementado o PROVOC DLIS voltado para a necessidade do Laboratório Territorial de Manguinhos, ou seja, jovens da comunidade que pudessem ser interlocutores junto à comunidade em ações de promoção à saúde.

Segundo os depoimentos, o projeto teve seu início a partir de duas principais fases. Na primeira fase, em 2002, aconteceu a instalação do Laboratório Territorial de Manguinhos e a constituição da parceria PROVOC DLIS, no sentido de serem elaborados os mapas temáticos que referenciam as informações acerca das várias dimensões sócio-ambientais. A segunda fase, iniciada em 2005, foi constituída pela elaboração de um Mapa Síntese de Manguinhos e Modelagem do Sistema de Informação para a Promoção à Saúde que serviram de instrumento de mobilização para a ampliação dos fóruns de discussão e também para o fortalecimento do modelo de informação proposto, assim como, para a inclusão de novos grupos na comunidade.

O Laboratório Territorial de Manguinhos se propõe, então, a construir uma promoção da saúde que integre ciência e cidadania, invista na formação de sujeitos coletivos e redes sociais, resgate a memória coletiva das comunidades, sistematize conhecimentos sobre o lugar e acompanhe, de forma crítica e propositiva, políticas públicas relevantes para a população de Manguinhos, construindo assim um modelo solidário de conhecer e interagir nos territórios em que vivemos. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2008)

A proposta de iniciação científica para os jovens inseridos no projeto do LTM é a de promover a participação da comunidade nos processos de mudança e construção de novas realidades. Esses jovens passam a ser atores importantes dentro do projeto na medida em que produzem a informação e o processo comunicativo necessário às ações. A partir da participação nas pesquisas e ações desenvolvidas pelo laboratório, poderão se constituir em operadores do sistema pensado para a promoção da saúde, assim como, em monitores que atuem dentro do território para disseminação dos conhecimentos na comunidade, contribuindo para o processo de democratização do acesso à informação, ou seja, para que os moradores da comunidade possam utilizar a internet e o *site* como fonte de busca por informação para a manutenção de melhores práticas em relação ao meio ambiente e a saúde.

Nesse sentido o PROVOC DLIS foi pensado e implementado a partir de 2003 como estratégia que promove a inclusão de jovens estudantes do Ensino Médio, moradores de Manguinhos, no processo do Laboratório Territorial de Manguinhos. Essa iniciativa diferencia-se dos programas de iniciação científica convencionais porque os jovens envolvidos pertencem a um mesmo território e sendo assim participam como sujeitos da

comunidade ampliada de pesquisa dentro do grupo e não individualmente em várias pesquisas.

No Programa de Vocação Científica para o Desenvolvimento Local - PROVOC DLIS do LTM o ambiente de pesquisa é o território de Manguinhos, onde estudantes, moradores e pesquisadores trabalham em co-laboração na tarefa de unir vivência prática e conhecimento científico a fim de fortalecer o desenvolvimento humano e social local. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, [200?])

Entre o ano de 2003 e 2008, 35 alunos passaram pelo PROVOC DLIS. Desses que foram matriculados na etapa Iniciação, 21 concluíram essa etapa e 13 foram para a etapa Avançado. Porém, como podemos observar nas tabelas abaixo, apenas 05 (cinco) concluíram essa etapa, permanecendo durante todo o período de duração do programa.

Tabela 1 – Fluxo dos alunos etapa Iniciação do PROVOC DLIS de 2003 à 2008

PROVOC DLIS – ETAPA INICIAÇÃO			
ANO	MATRICULADOS	CONCLUINTES	DESISTENTES
2003	13	13	0
2006	5	4	1
2007	9	3	6
2008	8	1	7
TOTAL	35	21	14

Tabela 2 – Fluxo dos alunos etapa Avançado do PROVOC DLIS de 2003 à 2008

PROVOC DLIS – ETAPA AVANÇADO			
ANO	MATRICULADOS	CONCLUINTES	DESISTENTES
2004	8	2	6
2007	3	2	1
2008	2	1	1
TOTAL	13	5	8

* O hiato existente nos anos da formação das turmas entre 2003 e 2006 deve-se a um acordo entre o LTM e o PROVOC onde ficou estabelecido que uma turma nova só fosse formada quando a anterior tivesse terminado o avançado.

3.4 HISTÓRICO DAS TURMAS DO PROVOC/DLIS

A partir das entrevistas realizadas com coordenadoras do programa foi possível a construção de um histórico detalhado sobre a trajetória das turmas do PROVOC/DLIS. É importante destacar essas falas para o melhor entendimento das diversas fases vividas pelos jovens matriculados no programa.

No primeiro ano de existência houve uma parceria entre a coordenação do LTM e os professores de ciências naturais da EPSJV no sentido de selecionar entre alunos matriculados na primeira série do ensino médio, os jovens moradores de Manguinhos interessados em participar do programa de vocação científica e do projeto desenvolvido pelo laboratório. Para tanto, além de divulgação na própria comunidade de Manguinhos, eles visitaram a escola Clóvis Monteiro, localizada próximo a Fiocruz, para divulgar o programa e selecionar esses alunos. Quinze, dos vinte e três jovens, que compareceram a primeira reunião na ENSP, foram escolhidos para participar da fase seletiva na EPSJV.

Nessa primeira turma, onde os alunos eram, em sua maioria, matriculados no curso noturno, houve uma heterogeneidade em relação à idade, base escolar, apoio familiar e expectativas em relação ao programa muito grande. Segundo as coordenadoras entrevistadas, essa característica foi responsável por vários problemas que levaram a desistência de um grande número de alunos ao longo do período de duração do programa. A grande diversidade na idade desses alunos, que variavam entre os quinze aos vinte e dois anos, foi citada como um entrave no sentido que as necessidades e o tempo para as atividades desenvolvidas no laboratório não conseguiam serem cumpridas já que nesse grupo havia alunos que trabalhavam, que eram casados, que tinham outras atividades durante o dia.

Outro fator de dificuldade apontado pelas coordenadoras é a expectativa que o jovem tem ao entrar em um programa da Fiocruz. Para as coordenadoras, essa expectativa deles pode ser traduzida como de a instituição ser uma porta de entrada para o mundo do trabalho ou como a espera de uma continuidade remunerada após o término do tempo do programa. No momento em que o jovem finalmente entendia que a finalidade do programa era preparar para uma futura opção de carreira, mostrar uma outra realidade possível e abrir as portas para a continuidade de estudos nas áreas das ciências, esse jovem que tem necessidades tais como, ajudar ou sustentar uma família, acabava por optar pela desistência do programa em função de uma oferta de emprego qualquer.

Duas outras diferenças, entre as turmas do PROVOC DLIS, devem ser destacadas. Nessa primeira turma o LTM teve um financiamento que permitiu aos jovens matriculados receberem uma bolsa via FIOTEC pela sua participação no programa e como as atividades eram divididas por área temática os alunos desenvolviam as atividades acompanhados pelo

orientador da área em que atuavam. Segundo as coordenadoras isso foi modificado nas turmas que vieram a seguir, como veremos no decorrer do histórico geral de todas as turmas.

A segunda turma, segundo os depoimentos, seguiu uma ótica diferente da que foi realizada na primeira seleção. Levando em consideração o sucesso da experiência anterior com alunos selecionados pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM)⁹ que já mantinha convenio com o PROVOC, houve uma mobilização no sentido de repetir essa parceria com o Centro de Cooperação e Atividades Populares (CCAP)¹⁰ de Manguinhos na tentativa de selecionar jovens moradores da comunidade que freqüentavam os cursos preparatórios organizados por eles. Porém, segundo relato, não havia estrutura e organização suficiente para que essa tentativa desse certo e o CCAP não conseguiu fazer o acompanhamento dos alunos. Um dos relatos afirma que:

Existem elementos distintos em relação a formação, a qualidade de ensino de onde vem, a bagagem que esses jovens trazem. Até mesmo os jovens que vem de outras comunidades tem trajetórias diferentes. Na Maré, o CEASM vai preparando o jovem, apresentando idéias, construindo uma noção do que é o PROVOC. No CCAP isso não foi feito e os alunos vieram sem saber. (informação verbal)¹¹

A terceira turma, formada em 2006/2007, foi marcada por um momento em que a equipe já fazia grandes críticas ao processo seletivo em razão da tentativa com o CCAP. Foram realizadas várias reuniões, ouvidas muitas opiniões e a questão da necessidade de se envolver uma escola no processo seletivo e de amadurecer no programa a visão de comunidade foram pontos discutidos. Desse modo houve ação de mobilização em escolas vizinhas para o processo seletivo. Porém, segundo relato, não houve sucesso nessa nova tentativa:

Não queríamos trabalhar somente com uma escola e sim com um número maior de escolas do entorno. Tentamos mobilizar as escolas para que participassem desse processo seletivo e apesar de demonstrarem um grande interesse isso não se confirma e em 2007, o que conseguimos novamente é envolver um ou outro aluno, a escola como instituição nunca conseguimos. (informação verbal)¹²

Embora se perceba um hiato entre o discurso apresentado nas entrevistas e a prática, cabe destacar que é unânime nos depoimentos a afirmativa da relevância na continuidade do

⁹ “Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré é uma organização não-governamental localizada no complexo conjunto de favelas da Maré no Rio de Janeiro. Há doze anos disponibiliza acesso a cultura e educação. Seu público alvo são os moradores do complexo formado por 16 comunidades e com aproximadamente 132 mil moradores.” (<http://ceasm.tumblr.com> acessado em 02/03/2010)

¹⁰ “A Rede CCAP é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), situada em Manguinhos. A missão institucional é de zelar pela defesa e garantia dos Direitos Humanos enquanto condição para construção de processos de desenvolvimento local, democrático, socialmente justo e sustentável.” (<http://www.redeccap.org.br> acessado em 02/03/2010)

¹¹ Entrevista realizada com a Coordenadora 3.

¹² Entrevista realizada com a Coordenadora 3.

PROVOC DLIS, embora sejam apontados os desafios para a manutenção do programa. Como desafios foram apontados: a percepção do papel da ciência que a Fiocruz produz em relação ao desenvolvimento das comunidades vizinhas; a proposta metodológica de orientação coletiva praticada pelo LTM que diverge da proposta do PROVOC; a necessidade de uma bolsa, um auxílio financeiro maior e institucionalizado, e a troca de conhecimento e experiências entre os projetos da Fiocruz que trabalham com jovens moradores das comunidades. A desistência dos alunos foi o fator mais apontado como um grande desafio a ser enfrentado pelo programa:

Existem famílias que dão apoio para que estejam aqui tanto pelo estudo quanto para que se ocupem fora do lugar onde vivem, mas na maioria dos casos a pressão é pelo trabalho remunerado. Trabalhar com adolescentes que estão em fase de transição já é difícil, mas eles que além da cabeça voadora tem a vida familiar complicada, a situação do lugar, as dificuldades econômicas é mais difícil ainda. Só que eles podem desistir de nós, porém nós não podemos desistir deles. (informação verbal)¹³

A desistência é um grande desafio. O PROVOC procura adotar regras para que o aluno possa de fato ter as condições para realizar essa trajetória mínima dentro do programa. (informação verbal)¹⁴

Em 2006 foram quatro e em 2007 sete os alunos selecionados entre estudantes de 15/16 anos. No ano de 2008 seis jovens ingressaram e três foram para a etapa avançada:

Em 2008 seis iniciaram o programa e outros três estão no avançado, desenvolvendo projetos nos temas Saúde, Ambiente e Desenvolvimento, com um estudo sobre o ecossistema local, em particular a história de degradação dos rios da região; Território e Cidadania, conhecendo e participando de ações de promoção da saúde junto a mulheres e jovens sobre o HIV/AIDS; História de Pessoas e Lugares, investigando o processo de ocupação e os motivos que fazem as famílias chegar, ficar ou sair de Manguinhos. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2008)

A partir da discussão desses elementos foram surgindo uma série de questões de investigação. Entre elas podemos destacar: Quem é esse jovem que se interessa em fazer parte do Programa? Quais os seus interesses e quais as suas expectativas? Como é a sua inserção no laboratório para onde é selecionado? Qual o desenvolvimento das suas ações dentro dos projetos em que estão inseridos? Existe uma relação entre a participação dos jovens no Programa e a sua futura inserção no mercado de trabalho? Quais as repercussões que participar do Programa têm na vida familiar, comunitária e pessoal desse jovem?

4 CAPÍTULO 3

¹³ Entrevista realizada com a Coordenadora 1

¹⁴ Entrevista realizada com a Coordenadora 2

Nesse capítulo faremos uma análise sobre a construção social da infância e juventude até os dias de hoje, assim como, sobre a história da pobreza no Brasil. Após esse relato abordaremos as políticas de proteção social para a infância e adolescência brasileira.

4.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Analisaremos nesse momento as concepções de infância e juventude desde o seu surgimento, As mudanças econômicas e políticas do Estado capitalista desde o final do século XIX e o início de século XX até hoje. Assim como, as políticas públicas voltadas para a juventude e as justificativas para a implantação dessas políticas no formato instituído pelo poder e estatal e pelas interferências dos órgãos internacionais

Para estabelecer a relação que determina hoje o amplo campo que estuda a juventude, partimos da desnaturalização do conceito de juventude para uma concepção que determine essa categoria como uma construção social. Nesse sentido a perspectiva adotada neste trabalho parte do construcionismo social que concebe a infância e a juventude como uma construção social.

Nesse sentido, buscamos em Ariès (1978) as formas que construíram historicamente o aparecimento da categoria infância e juventude. Para o autor a criança sempre esteve presente na sociedade desde o início dos tempos, mas foi somente no século XVI que passou a ser uma categoria socialmente conhecida. Ariès (1978, p. 10) explicita que durante o século XV inexistia um sentimento de infância, uma consciência da particularidade infantil. A criança é vista como um pequeno adulto, não havendo um período transitório entre uma fase e outra. Segundo o autor “A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos.” (ÀRIES, 1978, p. 10)

A idade de seis anos determinava que a criança passasse à vida pública e ao convívio com os adultos em todas as atividades sociais. Somente no final do século XVI houve o reconhecimento de que as crianças precisavam de tratamento especial. Formou-se, então a noção da criança bem educada e apareceram as instituições escolares para serem responsáveis por discipliná-las. A partir desse momento a criança passa a ser vista como ser social dentro da coletividade e a família passa a ter grande preocupação com a sua saúde e educação.

Para o autor, é a partir do século XVIII que a juventude passa a ser reconhecida como categoria transitória, principalmente no que se refere à escolarização como depositária de

valores novos e o crescimento físico determinava a transição para o mundo adulto. Foi também durante o século XVIII que aconteceu a institucionalização de dois tipos de ensino, sendo um para o povo e outro para as camadas burguesas e aristocráticas. Por um lado as crianças foram separadas dos mais velhos e por outro os ricos foram separados dos pobres. Para Ariès “A partir do século XVIII a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário).” (ARIÈS, 1978, p. 192)

Segundo Ariès (1978), em meio ao turbulento momento de mudanças acontecidas entre o final do século XIX e o início do século XX, surge na Alemanha e expande-se pelo restante da Europa, o conceito de adolescência e as primeiras discussões sobre políticas voltadas prioritariamente para ela. Daí em diante a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. Fau (1968) entende que, a principal característica da adolescência é a busca pela autonomia e dentre os fatores que se atribui aos adolescentes estão: a inserção dentro de grupos afins e uma certa rebeldia no questionamento de valores e condutas. Segundo o autor “Em luta contra a estagnação e a influência retrógrada do meio familiar, em pleno impulso de libertação e individualização, o adolescente procura um apoio no grupo. Nesse período crítico de transição entre a infância e a idade adulta, o indivíduo procura ganhar autonomia.” (FAU, 1968, p. 43)

Ao longo dos dois últimos séculos, muito se escreveu e discutiu sobre o tema juventude. Desde a análise das ciências médicas sobre a concepção de puberdade, ou seja, em que momento se dá a fase de transformações no corpo da criança e que determina a sua maturidade, até a sociologia que trabalha com a concepção de juventude como sendo um período intermediário entre as funções sociais da infância e as funções sociais do adulto, passando pela psicologia; psicanálise e pedagogia que instituíram a concepção de adolescência como sendo a fase das mudanças de personalidade na mente ou no comportamento do indivíduo que ingressa na vida adulta.

Entre os autores que nos dias de hoje discutem o tema juventude, Groppo (2000) entende que juventude, como categoria social, além de ter passado por várias transformações na história da modernidade, também se tornou uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com uma intensa diversidade causada principalmente pela sua combinação com outras realidades sociais como diferenças de classe social, cultural, nacional e diferenças de etnia e gênero. Nesse contexto de diversas formas e abordagens do tema é que o autor faz a sua opção pelo uso do plural do termo juventude, por considerar a existência ma

realidade dos grupos sociais concretos uma pluralidade de "juventudes". Ou seja, dependendo do recorte que se faça na categoria juventude (etnia, gênero, religião, classe social, estrato, etc) advém subcategorias de indivíduos jovens, com simbolismos, comportamentos, características, subculturas e sentimentos diferenciados. Ele explica essa opção por esse reconhecimento da multiplicidade de enfoques, olhares, contradições, principalmente dos projetos modernizadores que objetivaram a criação de faixas etárias preparatórias à maturidade.

Atualmente, vários são os órgãos internacionais que se preocupam mais especificamente com os adolescentes. O tema políticas de juventudes desperta hoje interesse tanto no plano político decisório quanto no plano acadêmico. Contudo, segundo Castro e Abramovay (2007), a diversidade de tipos e parâmetros das políticas direcionadas a juventude não destacam um projeto de Estado e nação voltados para esse coorte e acabam passando para o senso comum a idéia de que políticas de juventude são políticas que tem o jovem como referência e não o jovem como beneficiário delas.

A princípio esse tratamento deu-se por meio de uma educação que a socializasse e a preparasse para o mundo dos adultos. A fase transitória entre o mundo infantil e o mundo adulto somente foi reconhecida a partir do século XVIII, quando foi identificado que era preciso uma escolarização que transformasse o indivíduo recém saído da infância para ser depositário de conhecimento e valores novos que condissessem com seu crescimento físico. Apesar desse reconhecimento da categoria transitória, apenas entre o final do século XIX e o início do século XX é que surge o conceito de adolescência e também as primeiras políticas voltadas para essa categoria.

Grosso (2000) aponta ser juventude uma categoria social, de uma certa forma influenciada pela modernidade, mas sendo uma representação de uma situação social intensa e diversificada causada principalmente pelas mediações com outras realidades sociais tais como, diferenças de gênero, etnia, classe social, cultura.

É nesse sentido que o tema políticas de juventude desperta tanto interesse no plano político decisório e no plano acadêmico. Discutem-se as melhores soluções para o enfrentamento da pobreza, da escolaridade desejável, da preparação para o ingresso no mundo do trabalho. Embora essa discussão esteja cada vez mais presente, para Abramovay (2007) a diversidade de tipos de políticas e os parâmetros que as direcionam para soluções mais focalizadas e emergenciais o que se apreende como senso comum é que essas políticas têm o jovem como referencia, mas parecem não ter sido realizadas para tê-los como beneficiários.

No âmbito tanto das políticas para a juventude, quanto dos debates sobre a problemática dos jovens carentes, a questão do trabalho como opção educativa e de inserção na sociedade sempre se apresenta. Para algumas interpretações a pobreza e o desemprego individual e familiar seriam os únicos fatores para a entrada precoce no mercado de trabalho. Percebe-se uma tensão que existe no diz respeito à relação trabalho e educação de crianças e adolescentes das classes populares.

No Brasil, Alvim (1994) já sinalizava a relação histórica entre juventude e pobreza desde os debates que antecederam à elaboração do Código de Menores de 1927 que apontavam para a configuração do campo em torno da questão da infância pobre. A autora considera que esta seja a primeira constituição da infância pobre como problema social, estando presentes nos debates temas como, delinquência, universalização da escolarização e o controle do Estado sobre as famílias, e o trabalho como tema dominante da dinâmica desses debates. O que merece destaque é que temas que ocupavam esses debates no início do século vão sendo retomados em todos os períodos, ainda que, em outras conjunturas políticas e econômicas.

4.2 A HISTÓRIA DA POBREZA NO BRASIL

Para que se possa compreender o lugar ocupado pelo Brasil dentro do capitalismo global e o que levou a formação de uma nova concepção de pobreza, devemos entender o processo econômico pelo qual o mundo e o Brasil passaram e as mudanças no campo das políticas sociais.

Segundo Valla (2005), existe no mundo de hoje um processo de transnacionalização, que impulsiona uma reorganização da economia e da política, ou seja, as indústrias e as tecnologias seguem uma tendência que aponta para uma desnacionalização dos países periféricos, tais qual, Brasil, Argentina, México, etc em decorrência das ações políticas apresentadas pelas principais multinacionais do Primeiro Mundo (Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Japão). Além de uma queda quantitativa na produção e uma crescente obsolescência tecnológica essas medidas apontam para uma intensificação da retirada do Estado tanto da economia, quanto de suas responsabilidades sociais. O autor afirma que:

Nessa perspectiva, poderia ser destacado o gradual declínio do poder do Estado na regulamentação das relações econômicas e dos direitos sociais, significando a redução do uso da carteira de trabalho, a mercantilização dos serviços sociais, a desproteção trabalhista, a privatização de serviços como saúde, educação, fornecimento de água e segurança. (VALLA, 2005, p. 34)

Valla (2005), ainda acrescenta à sua reflexão os rumos desastrosos causados pela precarização das relações de trabalho e pelo desemprego estrutural. O autor aponta que o processo de globalização que teve sua origem na insatisfação dos capitalistas e seus governos, apesar da crescente pobreza de uma grande parte da população mundial, sob a alegação de que a diminuição dos lucros estaria vinculada aos grandes gastos de todos os governos do mundo para garantir o necessário básico a suas populações. A conclusão a que chegaram os governos é que o problema da pobreza não seria resolvido pela atuação dos Estados no campo social e no apoio à produção nacional, mas no empenho de cada país em participar do mercado internacional. Isso significou a redução da "intervenção" na economia, a liberação e ampliação do mercado num contexto cada vez mais mundial.

Stotz (2005) é outro autor que traça uma linha direta entre os novos rumos do capitalismo e a pobreza atual. Para ele a acumulação de capital (produzir um valor superior ao aplicado de modo cada vez mais ampliado) e a exploração da mais valia (diferença entre o tempo de trabalho necessário e o excedente) são a finalidade principal do sistema capitalista. O autor afirma, citando Marx, que no capitalismo a acumulação da riqueza é um fim em si mesmo, porém enquanto a riqueza é acumulada em um pólo, a miséria social aumenta no outro. Estaria aí, segundo ele, a raiz das crises cíclicas do capitalismo.

Ainda que, em razão das conquistas do chamado Estado de Bem-estar Social a pauperização tenha perdido essa dimensão trágica apontada por Marx o desequilíbrio em favor do capital só tem aumentado. O motivo principal desse desequilíbrio é que após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da aplicação de conhecimentos científicos e técnicos aliados a novos produtos acarretou um aumento em elevadas proporções tanto na produtividade do trabalho quanto na elevação da taxa de lucro.

Segundo Stotz (2005), é fundamental destacar que o desenvolvimento capitalista ocorre de modo polarizado no plano mundial entre países independentes e dependentes o que demarca, no sistema capitalista, regiões centrais e desenvolvidas e regiões periféricas e subdesenvolvidas. O Brasil encontra-se nesse segundo caso sendo marcado não só pela dependência externa de capitais para investimento como pela associação entre os capitais nacionais e estrangeiros. Essa forma dependente e periférica tem relação direta com o desenvolvimento do capitalismo e com a pobreza. Cabe assinalar que essa dependência econômica do país em relação ao capital estrangeiro acaba reafirmando uma situação contrária a uma maior distribuição de renda entre a população e conseqüentemente um achatamento na renda dos trabalhadores.

A situação nos dias de hoje é, segundo o autor, mais grave:

A situação hoje é mais grave do que trinta anos atrás, quando a economia mundial ainda conhecia altas taxas de acumulação, de emprego e de aumentos relativos nos salários reais dos trabalhadores, bem como diminuição da pobreza absoluta. Este processo se alterou dramaticamente a partir da década de 1980, quando a economia capitalista se reestruturou em todo o mundo e tomou o novo curso [...] (STOTZ, 2005, p. 65).

Ele explicita que estudos realizados por especialistas em política social apontam que no Brasil, essa reestruturação causou o fechamento de muitos postos de trabalho, principalmente os formais com carteira assinada e direitos assegurados. A contratação de força de trabalho para o emprego formal foi reduzida, assim como a oferta desses. Em contrapartida o sistema incorporou outras formas alternativas ou marginais de inclusão no mercado de trabalho. Podemos destacar duas dessas formas: a terceirização das atividades de uma empresa e a formação de cooperativas, no primeiro caso essas empresas que executam atividades para empresas maiores pagam salários e custos sociais mais baixos, no segundo simplesmente não existe contrato de trabalho fazendo com que desapareçam os encargos sociais.

Os estudos apontam também, que essa reestruturação teve como consequência um enorme número de trabalhadores que uma vez excluídos do mercado de trabalho não conseguiu uma nova colocação. Dentre esse “excedente” uma grande maioria aumentou o contingente dos prestadores de serviços autônomos e vendedores ambulantes (camelôs) sem nenhuma proteção social. Essa participação embora seja considerada marginal representa uma diminuição no contexto geral dos custos de circulação incidindo diretamente no aumento da riqueza em favor dos capitalistas. Por outro lado, uma parte menor desse “excedente” acabou encontrando no crime organizado uma alternativa de sobrevivência:

Uma parte menor dessa mesma população acabou por encontrar no crime organizado uma possibilidade de sobrevivência. O comércio de drogas ilícitas como a maconha, a cocaína, o crack e o ecstasy abriu as portas para centenas de jovens miseráveis nas favelas e bairros populares, ao mesmo tempo em que tornou sua existência mais curta, na medida em que se trata de um mercado disputado de armas na mão, outra fonte altamente rendosa para os intermediários da indústria de armamentos. Lembremos outra vez que o capitalismo transforma tudo em mercadorias, pouco importando sua origem e natureza. (STOTZ, 2005, p. 67).

O que devemos destacar é que esse perfil do mercado de trabalho brasileiro se deve a duas décadas em que a economia teve um crescimento quase nulo. Todo esse contingente, empregados, autônomos e marginais, apesar de suas condições heterogêneas, podem ser considerados em estado de vulnerabilidade social, ou seja, a qualquer momento podem ser desclassificados e passarem a engrossar a conta do último seguimento, os realmente

miseráveis do pauperismo oficial e não oficial. Porém, para que se compreenda o fenômeno da pobreza é necessário não discutir somente as condições de privação é preciso também entender os processos que implicaram na sua produção e no seu enfrentamento.

Segundo Algebaile (2005), as formas de ação tanto do Estado quanto da sociedade civil na busca de respostas para esse problema são um campo vasto e variado que envolve desde ações comunitárias até as políticas estatais. Marshall apud Algebaile (1967) define política social como a política dos governos que se relacionam à ação que atuam diretamente sobre o bem-estar dos cidadãos ao proporcionarem-lhes serviços ou renda tendo como núcleo central a assistência social, previdência e serviços básicos concentrados em educação, saúde, saneamento, etc. Porém não se deve reduzir política social a ações somente realizadas pelo Estado. Para a autora, o que está posto quando se fala de políticas sociais engloba um amplo conjunto de regulamentos, ações, meios e canais jurídicos, políticos e institucionais que tenham relação com a formulação e a garantia dos direitos de cidadania. Nesse sentido, além dos serviços citados anteriormente, também podemos apontar medidas como a regulação das relações de trabalho e das atividades econômicas, a participação da sociedade tanto na decisão quanto no controle das políticas e programas sociais e o suporte do Estado a atividades da sociedade civil:

Esta perspectiva mais ampla é, também, a que melhor permite perceber que a política social, nas sociedades capitalistas, longe de ser uma instância neutra voltada ao bem-estar e à igualdade social, é um campo de intensas contradições e conflitos de interesses, marcado pela permanente tensão entre interesses públicos e privados, entre as lutas por direitos coletivos e o uso instrumental do Estado a favor de uma ordem econômica que produz e reproduz continuamente as desigualdades sociais e a pobreza. (ALGEBAILLE, 2005, p. 74).

No contexto brasileiro as políticas sociais estiveram sempre de certa forma vinculadas aos vários aspectos das relações de trabalho e de suas regulações. No final do século XIX essa regulação caracterizava-se por ações dispersas e fragmentadas ou setoriais que não chegavam a ter o formato de legislação social. O que se via eram predominantemente medidas de repressão a qualquer tentativa de movimentos de organização ou de luta por parte dos trabalhadores. Somente a partir de 1930, no governo Vargas, esse cenário vislumbra uma pequena mudança com a montagem de um sistema de regulação das relações trabalhistas.

Algebaile (2005) explicita que, foi a intensificação do processo de industrialização que obrigou o Estado a atuar tanto na ampliação da infra-estrutura para que fossem instaladas novas indústrias, construídas estradas e portos no sentido de aumentar a circulação de mercadorias, quanto na produção de uma nova força de trabalho que atendesse ao novo mercado industrializado por meio de formação profissional e implantação de novas relações

trabalhistas. Nesse contexto as políticas sociais ocuparam um papel importante de compensações vinculadas ao trabalho. Porém esse sistema de serviços e benefícios não era pautado num acesso igualitário e nem numa oferta universalizada, muito pelo contrário. Era uma cidadania que só tinha direito quem estava no mercado de trabalho, que funcionava também como um filtro separando os que tinham condição de serem considerados cidadãos porque estavam alocados em ocupações reconhecidas por lei e também em qual lugar se encontravam de acordo com a hierarquia que a profissão ocupava. Para a autora, a partir de 1964 quando foi instaurado o regime militar, essa noção de cidadania não foi redimensionada. As ações implementadas não chegaram a afirmar um novo modelo que fosse voltado para a garantia pública e universal de direitos.

Outra dimensão importante para entendermos o processo de enfrentamento da pobreza é a participação da sociedade civil nos vários períodos históricos do Brasil. Segundo Algebaile (2005) todo o processo de estruturação da política social brasileira foi marcado por ações e forma de organização diversificadas da sociedade civil. Nesse sentido, a autora destaca as organizações sindicais do início do século como sujeitos coletivos e aponta que se nessa época as organizações sindicais eram predominantemente urbanas, nos dias de hoje a legislação de proteções sindicais para o trabalhador rural originam-se de movimentos de camponeses na década de 50. Década essa também de suma importância para a formação das associações estudantis.

Quando foi instaurado o regime militar e conseqüentemente o recesso de participação política às organizações existentes o que se viu foi a formação de outros campos de participação que não tinham como característica o fato de serem definidas por categorias ocupacionais e sim por interesses compartilhados e direcionados a vida social:

Exemplo disso são as lutas, nos anos 1970 e 1980, relacionadas às condições de vida nas cidades, agravadas ao longo de um processo no qual o crescimento da população urbana não foi acompanhado suficientemente pela produção de equipamentos, bens e serviços, motivando a formação de movimentos por habitação, pelo abastecimento de água e luz, pelo saneamento básico, regularização de lotes, saúde e educação, dentre outros. Outros exemplos são os movimentos específicos no campo da saúde (como os dos hansenianos, dos portadores de HIV-AIDS e de problemas mentais), que tiveram papel importante na definição do direito à saúde, e os movimentos de organização de creches comunitárias nas favelas e bairros periféricos. (ALGEBAILLE, 2005, p. 84).

No momento em que essas novas formas de organização surgem o que entra em pauta é a forma de produção desses novos sujeitos sociais implicando na construção de reivindicações, em novas formas de relação entre a sociedade e o Estado e também em novas formas de conhecimento social. A luta por direitos não surgia como um pedido e sim como

um campo de disputa de projetos numa experiência coletiva e antes nunca vista o que teria seus desdobramentos a partir do final da década de 70 desenhando uma nova forma de participação política e de ação social.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, coincidindo com o final da ditadura militar, teve intensa participação de movimentos amplos que se pronunciavam a partir de debates nacionais. A nova Constituição apresentou avanços que só podem ser compreendidos se for levada em conta essa verdadeira efervescência social. Mesmo com os setores conservadores se reorganizando no sentido de vencer disputas em relação a princípios e regras estabelecidos, não se pode negar que existiu um avanço e um aumento no que diz respeito aos mecanismos e canais democráticos instituídos, assim como, a dimensão social na formulação de direitos. Houve uma ampliação dos canais de participação social no campo das políticas públicas. Foi também nesse período que novas práticas foram consolidadas com a formação de novas organizações não governamentais (ONGs) que quando tinham sua atuação aliada às lutas sociais, conseguiam constituírem-se em um novo espaço onde poderia ser aberto um campo para propostas alternativas ao modo vigente no tratamento dos problemas sociais. Porém, como explicita Algebaile (2005), a partir da década de 1990, a reestruturação democrática da política social passa por um gradual desmonte. O que era esperado após a promulgação da Constituição no sentido da redução das desigualdades não aconteceu. A perspectiva neoliberal adotada pelos governos Collor de Mello (1990/91) e Itamar Franco (1991 a 1994), Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) e que se constituiu em uma série de reformas para reduzir o aparato institucional, os gastos sociais do Estado e reorientar a política social, acabou esvaziando gradualmente os dispositivos constitucionais que apontavam para esse novo horizonte de direitos. Nesse contexto, duas medidas acabaram sendo centrais: a privatização que atingiu setores fundamentais tais como, telefonia, energia elétrica, siderurgia, setor petroquímico, etc juntamente com a terceirização de atividades que antes eram função do Estado com a contratação de empresas, cooperativas ou ONGs e a focalização, direcionamento da ação e do investimento estatal para segmentos sociais considerados mais necessitados:

O princípio de focalização tem regido tanto a reforma de serviços já consolidados quanto a implementação de novos serviços ou programas que, no atual contexto, dirigem-se exclusivamente a segmentos sociais que se encontram em situação de pobreza extrema. O exemplo principal, neste último caso, são os programas de "nova geração", de caráter assistencial, que cobrem de forma residual, seletiva e focalizada algumas das mais graves situações de marginalização econômica e social, caracterizando-se, principalmente, pela concessão de uma renda mínima aos segmentos populacionais mais pobres, conforme disponibilidades financeiras dos governos. (ALGEBAILLE, 2005, p. 91).

O que se percebe é que ao longo desse processo de reestruturação do novo capitalismo na estrutura material e mesmo funcional para a realização da política social existe um esvaziamento gradual e incessante das noções de direito antes ampliadas e se a população brasileira nunca teve uma rede de serviços de qualidade acessível a todos, com essa nova reorientação no que concerne a programas sociais, o que acontece é a substituição de direitos sociais que nunca foram assegurados. Algebaile (2005) destaca, que aliado a implantação dessas medidas outros fatores como o alto grau de corrupção e o clientelismo nas relações políticas contribuem para o descrédito da população em relação à política e ao Estado. Mas esse descrédito, tantas vezes interpretado como alienação social e de redução da força dos movimentos sociais no enfrentamento dessas questões não é totalmente verdadeiro. A própria história desses movimentos nos mostra que a resposta da sociedade civil varia de forma e intensidade dependendo de cada situação concreta, portanto existe a necessidade de se estar sempre atento as formas diversas de organização, ainda que incipientes e um tanto frágeis nas suas possibilidades, pois parece ser as formas possíveis de algumas novas respostas serem apresentadas e discutidas permitindo a formação de associações, coesões e até mesmo possibilidade de lutas:

A história mostra que as respostas políticas não são apenas aquelas que tomam a forma de um conflito política aberto, na ação ou no pensamento. Algumas respostas têm sua força política exatamente na originalidade, na forma nova resultante de sua gestação por fora dos canais formais de participação política e, portanto, não subordinada às normas já conhecidas, o que permite que elas não sejam reconhecidas de imediato como ameaças, garantindo seu desenvolvimento e sua consolidação, sem impedimentos, em direção a uma forma de pensar e agir que só posteriormente se revela nos seus sentidos políticos e na sua potência. (ALGEBAIL, 2005, p. 94).

Nesse sentido podemos entender que mesmo não ficando claro que essas novas práticas sejam uma resposta na direção de enfrentar o modelo vigente, podem ser sinal de que a insuficiência da ação do Estado no campo social está sendo percebida e que existe a necessidade de entender e considerar a enunciação de novas orientações da ação dentro de um projeto democrático de reestruturação da ação do Estado.

4.3 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

No Brasil, desde 1920 a categoria adolescente está inserida no que diz respeito a sua capacidade como participante da sociedade embora essa participação seja delimitada por faixa etária, ou seja, até os 16 anos o jovem é considerado incapaz para o exercício pessoal dos atos da vida civil. Entre os 16 e 21 anos é considerado relativamente incapaz a certos atos, e somente a partir dos 21 anos completos acaba a menoridade.

Basílio, Earp e Noronha (1998) considerou que a primeira tentativa de estabelecer uma ação de assistência ao menor em instituições oficiais foi através da criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941. O atendimento a criança pobre não se ancorava na educação e sim na internação. O programa era vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores embora já existisse o Ministério da Educação e Saúde Pública. As crianças eram recolhidas no SAM e profissionalizadas para que pudessem trabalhar e adquirir o *status* de cidadão. Era o juiz que determinava a internação em decorrência da total simbiose entre os poderes judiciário e executivo. O SAM durou 23 anos e durante esse tempo foi duramente criticado por suas práticas, instalações e métodos.

Em 1964, em pleno momento do golpe militar foi criada a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) que tinha como objetivo formular e implantar uma política nacional de bem estar do menor, era uma entidade que possuía uma autonomia administrativa e financeira e que herdou o acervo do SAM. Segundo o autor, o discurso oficial da assistência à criança pobre começa então com a marca da culpabilização da família pela situação do menor em situação de risco e passa a ser tratada como uma patologia social. Isso implicou na não relação das questões sócio-econômicas como explicações do problema e os conceitos de marginalização e prevenção passam a ser freqüentemente utilizados.

Destacava-se, assim, uma visão linear e funcionalista e a FUNABEM passou a utilizar termos e conceitos de origem médica e/ou biológica para explicar fenômenos sociais. As necessidades do '*menor*' passaram a ser: saúde, amor e compreensão, educação, recreação e segurança nacional. Os problemas dos atendidos deveriam ser entendidos e atendidos através de métodos, linguagem e conceitos específicos. Basílio, Earp e Noronha (1998) explicita que apesar dos códigos de menores preverem várias alternativas para a assistência e proteção ao menor, a medida de internação foi escolhida prioritariamente por juizes e técnicos da FUNABEM. Aliado a essa escolha, apesar do discurso de um tratamento individualizado, na prática a atuação da FUNABEM era totalizadora e a punição e vigilância juntamente com a burocracia acabavam por determinar as ações. Nesse cenário, a profissionalização não ocorria e apesar de ser denominada como instituições educacionais, a dimensão educacional perdia-se e tornava-se mero mecanismo de controle ou punição.

É somente na década de 80 que a questão do trabalho como princípio educativo foi retomada e suas concepções constituíram-se em alicerce para muitas iniciativas que dão ênfase à formação profissional como estratégia para superação da pobreza. Entretanto, Basílio, Earp e Noronha (1998) questiona a relação dessas modificações com as do mundo do trabalho que, juntamente com a globalização e a inserção das novas tecnologias, atende ao mundo capitalista formulando uma série de questionamentos sobre o resultado desses programas, os limites éticos colocados para o trabalho, as mudanças que devem ser propostas e em relação aos próprios empregos obtidos pelos jovens. Ele aponta, nessas políticas dos anos 80 uma tendência de associar o trabalho educativo unicamente à dimensão produtiva.

Basílio, Earp e Noronha (1998) complementa seu texto, explicitando que somente nos anos 90 a tendência de valorizar e priorizar a escolarização como eixo central dos programas de formação profissional foi adotada no país.

Em 1990 é legitimado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) onde foi adotada a classificação etária entre 12 e 18 anos para classificar o adolescente. O estatuto prioriza os deveres da sociedade civil para com os adolescentes na tentativa de garantir os direitos e deveres destes, buscando promover assim, o seu desenvolvimento físico, social e psíquico. No Estatuto é clara a menção de políticas públicas direcionadas a juventude:

Artigo 7º - A criança e o adolescente tem direito à proteção, à vida e a saúde mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990)

Após 1990, são observadas tendências contraditórias no que diz respeito as novas iniciativas estimuladas pelos efeitos e pelo contexto do ECA. Se por um lado, crescem essas iniciativas, por outro, a reação dos reformistas contra as conseqüências liberalizantes do ECA são facilmente notadas. O Estatuto consegue ganhar adeptos somente entre os juízes e os militantes que vinham lutando por ele desde meados dos anos 80. Segundo Alvim (1994), alguns grupos consideram que o "atendimento" aos meninos e meninas de rua e/ou carentes deve ser realizado no espaço da própria rua, entretanto, outros grupos, que no início tinham esse mesmo pensamento, combinam posteriormente essa forma de trabalhar com atividades desenvolvidas nas chamadas "casas dia" ou nas chamadas "casas noite". Ainda existem os que optam por não trabalhar com o "infrator" e os que se ocupam parcialmente dos meninos e meninas de rua, mas que possuem uma estrutura mais voltada para o atendimento dos meninos e meninas de comunidades carentes, preparando-os para ingressar no mercado de trabalho, através de oficinas de trabalho. Segundo Alvim (1994):

Os movimentos alternativos procuram formas de profissionalização para introduzir esses meninos e meninas no mercado de trabalho e assim evitar que entrem no mundo do crime, eles estão retomando, ainda que indiretamente, o tema do trabalho. Assim, o trabalho, ausente dos discursos e, aparentemente em segundo plano diante das questões da marginalidade e educação, tem sido a forma encontrada por todos os tipos de propostas educativas nesse campo, seja para 'recuperar' seja para 'desenvolver as potencialidades individuais. (ALVIM, 1994, p. 161)

Para Castro e Abramovay (2002), com a chegada da democracia, o exercício crescente da crítica social e a maior visibilidade do tema juventude na mídia e nos discursos políticos, vivemos atualmente um momento propício para legitimar as políticas gestadas por vias mais democráticas, que sejam sensíveis à diversidade dos jovens e ao direito de representação da juventude no desenho e gestão de políticas que os tenham como sujeitos. Com isso, o debate vem sendo assumido também pelos jovens e pelas organizações que desenvolvem programas voltados para eles. Nesse momento em que sua representação quantitativa no cômputo geral da população é bem expressiva e que os direitos humanos são focados como de suma importância, os jovens tanto devem ser considerados nas políticas universais, quanto devem ser sujeitos de políticas específicas.

Contudo, segundo Castro e Abramovay (2002), deve ser ultrapassada a lógica do senso comum nessas discussões e as políticas públicas voltadas para a juventude não podem ser consideradas como um elenco de programas. Existem, no Brasil, vários programas isolados, políticas setoriais de ação local e implementadas pelo Estado, mas sem uma orientação universalista, sem contemplar a diversidade dos beneficiários em termos de geração. Para as autoras “Ainda que, no imaginário social, uma das faces da juventude seja a transgressão, a curiosidade, as buscas por fora da normalidade, muitos jovens se angustiam pela falta de referências, tentando participar de regras do sistema e se sentir incluídos.” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 19)

Castro e Abramovay (2002) apontam para a tendência da inauguração ou lançamentos de programas sem análise prévia junto à comunidade e sem a preocupação com as prioridades e com a forma de efetivá-los, assim como, da falta de um acompanhamento crítico e de uma prestação de contas à população sobre gastos públicos. Segundo a autora, cabe destacar a importância do investimento em um capital cultural dos jovens no processo de participação do fazer político, ou seja, é preciso investir no aprendizado e entendimento do fazer política, ultrapassando o apenas criticar como são elaboradas e implementadas as políticas públicas. Esse amadurecimento é que qualificará esses jovens capacitando-os a se mobilizar por vias institucionais.

Entre os organismos internacionais que discutem e elaboram diretrizes para as políticas públicas de juventude, destacam-se: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Banco Mundial e de outros organismos ligados à esfera econômica. Dentre eles podemos destacar como ponto de referência para uma análise da abrangência e alcance dessas intervenções tanto a UNICEF que está presente no Brasil desde 1950 e se declara uma das maiores conhecedoras da realidade das crianças e adolescentes brasileiros trabalhando para ajudar a transformá-la liderando e apoiando em campanhas como as de imunizações e aleitamento, o movimento pelo acesso universal à educação, os programas de combate ao trabalho infantil, as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no Semi-árido brasileiro, o apoio à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e o apoio à aprovação do artigo 227 da Constituição Federal:

Artigo 277 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Também são merecedores de destaque os relatórios produzidos pela UNESCO, onde podemos identificar uma avaliação detalhada sobre a trajetória do jovem brasileiro no sentido de apontar caminhos para a construção de políticas direcionadas a eles. Fazem parte desses relatórios, detalhados históricos das políticas públicas de enfoque na juventude, quadros comparativos de fatores de riscos nos países num contexto mundial, e a referência do que tem sido realizado dentro do Brasil.

5 CAPÍTULO 4

Nesse capítulo analisamos o conteúdo das falas obtidas na realização do grupo focal e das entrevistas, sob a luz de nosso referencial teórico.

5.1 A JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A partir da organização de dados empíricos coletados no grupo focal, nos questionários semi estruturados, nas entrevistas e retomando a discussão do referencial teórico utilizado na construção dessa pesquisa podem-se construir algumas análises fundamentais para as questões presentes no trabalho e sobre as quais que se pretende obter um olhar analítico.

O grupo focal realizado para essa pesquisa envolveu atores de três turmas do PROVOC DLIS. Acreditamos que essa diversidade poderá possibilitar diversos olhares sobre um mesmo tema abordado. Dos ex-alunos ouvidos, um não chegou a participar do PROVOC DLIS no Laboratório Territorial de Manguinhos, e sim num laboratório de biologia aplicada. Incluímos este aluno no grupo focal por considerarmos importante para o estudo a abordagem diferente que ele vivenciou.

Sendo o objeto principal dessa pesquisa, o jovem ocupa um lugar central nas investigações pretendidas. Como já apontado consideramos a concepção de juventude como construção social, defendida por vários autores, como o ponto de partida desse estudo.

Nesse sentido, em face dos dados obtidos e também da visão desses autores, podemos destacar que existem na atualidade alguns conceitos importantes de juventude, porém adotaremos nesse estudo a concepção que mais se afina com a metodologia usada e que considera a juventude como categoria construída socialmente. Como já dissemos no parágrafo acima, vários autores se apóiam nessa teoria para fazer a discussão de juventude. Para um desses autores (GROPPO, 2000), a diversidade de construções sociais obtidas pela combinação do sujeito com outras realidades sociais apontadas como sendo de classe social, de etnia, de gênero, de local onde vive é a causa principal de não podermos definir juventude como uma categoria estanque, individual e singular e sim usarmos o termo no plural considerando que existe uma pluralidade intrínseca nessa categoria. Uma pluralidade de comportamentos, de culturas e subculturas, de sentimentos e simbolismos.

Outro autor que apresenta discussões nesse mesmo sentido é Carrano (2007; 2010). O autor, em seus textos, discorre sobre a multiplicidade de fatores determinantes da condição de

“ser jovem” tanto individualmente quanto coletivamente. Ele defende a idéia de que na atualidade brasileira, os jovens vivem imersos em condições de estímulo tanto positivos quanto negativos e se desenvolvem, gradativamente, à medida que esses estímulos vão sendo assimilados ou não. Por exemplo, o jovem pode ser influenciado positivamente por estímulos gerados pelo avanço científico-tecnológico, pela liberdade civil conquistada recentemente com as lutas democráticas, pelo maior campo de autonomia que possuem frente aos adultos. Desse mesmo modo, alguns fatores podem gerar estímulos negativos, as conseqüências da falência do Estado como promotor de direitos, a força avassaladora dos mercados que produzem uma gama enorme de necessidades e de sentidos culturais consideradas por eles como fundamentais, o declínio paulatino das instituições que promovem a socialização e o apoio societário, tais como a família e a escola; a avalanche de informações veiculadas pelos meios de comunicação e do mercado que promovem verdades e valores individualistas, as conexões perversas desenvolvidas pelo mundo do crime e das drogas e a constante ameaça trazida pelo fantasma do desemprego e da falta de perspectiva profissional

Observamos nas falas tantos dos coordenadores e dirigentes que esta multiplicidade de estímulos faz parte do cotidiano e influencia as atitudes e valores dos jovens participantes do PROVOC DLIS, no sentido das suas escolhas, de seus planos para o futuro e na sua trajetória durante a permanência no programa. A partir da proposta do Laboratório Territorial de Manguinhos que precisava atingir os moradores locais com uma nova linguagem, esses jovens receberam o estímulo positivo ao participar da construção de um projeto de pesquisa onde agregariam a sua experiência enquanto moradores a um novo olhar obtido pelo conhecimento adquirido enquanto pesquisadores.

Não é por acaso que a unanimidade dos participantes do grupo pesquisado aponta o conhecimento como o fator principal que adquiriram durante a participação no Programa de Vocação Científica. O que pudemos observar é que todos, dentro de suas particularidades, consideram sua inserção no programa como uma oportunidade de expandir seus conhecimentos em relação à ciência, ao outro, a comunidade e a própria vida. Segundo os depoimentos colhidos, essa participação influenciou na formação de cada um enquanto sujeitos socialmente construídos.

Nesse sentido, Dayrell (2003) explicita que entende a juventude como parte de um processo ampliado de constituição de sujeitos que possuem especificidades que com o tempo marcam a vida de cada um. Ele afirma ainda que todo esse processo de construção dos sujeitos é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolvem e pela qualidade das trocas que esse meio proporciona. Dessa forma os jovens constroem determinados modos de

ser jovens que apresentam particularidades, mas isso não significa que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares.

Entendendo que essa diversidade está presente na vivência que os sujeitos dessa pesquisa tiveram durante o período em que participaram do Programa de Iniciação Científica, foi pedido que os jovens sintetizassem o que o PROVOC DLIS representou para eles. Um sentido apareceu fortemente marcado nesse momento. A afirmativa de adquirir conhecimento. Podemos destacar vários sentidos de conhecimento adquirido partindo desses depoimentos. Além do conhecimento aplicado aos saberes e ao conteúdo absorvido, foi mencionado o autoconhecimento e o autocrescimento enquanto pessoa participante de um grupo específico quer seja no ambiente escolar, no ambiente de pesquisa e na sua comunidade.

Para mim foi luta, aprendizagem e conhecimento. Porque todo mundo cresce durante um tempo, mas eu entrando para a Fiocruz tive uma expansão muito maior do meu pensamento, do meu ponto de vista, que lá é muito mais amplo. (informação verbal)¹⁵

O que também se pode destacar é que este estímulo positivo que poderia propiciar a continuidade do aluno no programa até o término da segunda etapa não foi o bastante para assegurar a participação de todos os alunos inscritos na etapa inicial do programa. O que foi apontado como sendo a causa mais freqüente de desistência do aluno encontra-se contido nos estímulos negativos citados por Carrano (2007; 2010) e presente tanto nos depoimentos dos coordenadores quanto dos alunos, do fantasma do desemprego, da necessidade mais premente do trabalho sobre a continuidade dos estudos, da falta de perspectiva profissional.

Inicialmente todo mundo pensou que era estágio. Algo que a gente vinha aprender para depois trabalhar com carteira assinada e tudo. Pensava assim: eu já estou lá dentro mesmo, vai que de repente alguém me chama. O pessoal está me vendo aqui trabalhando e se gostarem vão me chamar. A gente tinha essa visão no começo. (informação verbal)¹⁶

Carrano (2007; 2010) também defende que a categoria juventude não pode ser vista como homogênea e sim como uma categoria onde existem diferentes percursos com trajetórias múltiplas de vivência nos espaços e tempos da juventude até a chegada a idade adulta. Assim, o autor afirma que para entender o jovem em todas as suas especificidades é preciso que se crie estratégias que partam deles mesmos, de como enxergam a sociedade que o mundo adulto lhes apresenta, sobre que valores eles organizam o seu agir tanto individual como coletivo e sobre os significados ocultos que organizam as identidades expressadas em

¹⁵ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3^a turma)

¹⁶ IDEM

seus corpos. O autor afirma que, é exatamente nos espaços onde a presença do poder público é débil ou inexistente e com precariedades sociais e culturais que a criatividade dos jovens demonstra sua força e consegue driblar as barreiras materiais de infraestrutura, de apoio para práticas culturais e das múltiplas violências físicas e simbólicas que na maioria das vezes tem os jovens como alvos. Essa característica aparece mais fortemente nas comunidades carentes ou na periferia da cidade onde o jovem recebe os espaços da cidade prontos e os transformam em territórios que passam a ser a extensão de seus corpos. Uma praça que vira um campo de futebol, um vão de viaduto que vira uma pista de skate, um muro abandonado que se transforma em tela de grafiteiros. Esses diferentes territórios são na realidade lugares simbólicos para o reconhecimento das identidades em comum onde se constitui o grupo de iguais mesmo que individualmente diferentes em suas subjetividades.

É exatamente essa criatividade na transformação dos espaços públicos em culturais ou de lazer, essa noção de lugares simbólicos onde juntar seus grupos de convívio, que permeia a fala dos jovens de Manguinhos e que provoca nos seus orientadores uma reação de espanto e incredulidade que podemos apontar como sendo um fator indicativo da distância entre o “mundo da comunidade” e o “mundo da instituição de pesquisa”, além da já conhecida diferença entre as gerações. Essa divisão de dois mundos apareceu algumas vezes na fala dos participantes do grupo focal e em muitos momentos, foi colocada a função de levar o novo para o orientador, de mostrar o local, a comunidade em que viviam para o “mundo da pesquisa”. Fatores significantes para os alunos passavam despercebido aos orientadores, isso estimulava os jovens aos debates e propiciava a satisfação pessoal de também estar ensinando o que nomearam cultura popular aos orientadores.

Quando tiramos fotos dos pontos positivos da comunidade e fomos mostrar para os orientadores era como se estivéssemos mostrando o nosso mundo para eles, uma descoberta. Foi uma coisa incrível. As fotos não tinham nada demais e eles diziam: Nossa! (informação verbal)¹⁷

Uma vez quando fui mostrar uma foto de um ponto positivo e negativo de um mesmo lugar e era uma foto de um campo vazio. Para eles poderia não significar muita coisa, mas a gente usava como campo de futebol, como um espaço para festa e explicar isso para eles era um problema complicado mesmo. (informação verbal)¹⁸

Não se pode também, ignorar o fato trazido em forma de relato dos jovens, da dificuldade de ambas as partes no entendimento da linguagem usada por eles. Na fala acadêmica do orientador o jovem apontou um dos principais entraves na inserção dos alunos

¹⁷ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 2ª turma)

¹⁸ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

no laboratório de pesquisa. Em contra partida, foi na linguagem utilizada por eles, citada como “linguagem de comunidade” ou “gíria de jovem” que os orientadores encontraram dificuldades de entendimento e comunicação no momento de recebê-los no ambiente de pesquisa. Longe de demonstrar constrangimento com o fato de não entender e não ser entendido os jovens em suas falas demonstram o orgulho da superação no entendimento da linguagem acadêmica, assim como, do sentimento de haver ensinado algo novo a seus orientadores.

A linguagem acadêmica era muito pesada, muito difícil para nós. Era muita complexidade, dava um bolo na mente. Havia bastante dificuldade em relação a linguagem. Para traduzir o que eles falavam era difícil e para eles entenderem o que a gente falava também. Demorou um pouco disso, mas depois tudo se acertou. (informação verbal)¹⁹

Alguns orientadores tinham problemas em nos entender. É que pela idade, pela localidade de mundo para nós era super natural em gíria. Eu até tentava falar arrumadinho, mas escapava. (informação verbal)²⁰

O que eu acho interessante é que nas reuniões com o meu grupo alguns dos coordenadores não entendiam a nossa língua. A gente era da comunidade, não ia falar igual a eles. Ficavam perguntando: O que? Por quê? Para nós, adolescentes, era tão óbvio o que estávamos falando. (informação verbal)²¹

Alguns autores já discutem as expressões populares ou juvenis como códigos e linguagens próprias que denota uma reação a estagnação uniformizadora da sociedade geral na busca de diferenciar-se em inovações lingüísticas. Para Alvarez (2007), essas inovações chamadas de gírias dizem respeito a um conjunto de vocábulos e expressões que caracterizam determinados grupos sócio-profissionais e classes sociais quando existe a necessidade de comunicação onde a linguagem corrente não consegue responder satisfatoriamente ou então quando se quer manter alguma coisa em segredo dentro de certo grupo de pessoas sem que a mensagem possa ser captada por outras pessoas alheias ao grupo. Essa última definição da autora nos parece ser a mais indicada no que diz respeito à linguagem utilizada pelos jovens no seu dia a dia. Essa linguagem assume conotação de senha, de marca, quando os jovens se agregam em grupo das diversas culturas juvenis existente e ganha traços mais profundos quando esses grupos são pertencentes a comunidades e a periferia das cidades.

Se observarmos a linguagem como um fato social, podemos afirmar que encontramos no modo de comunicação oral fatores psicológicos e sociais que são fundamentais no

¹⁹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

²⁰ IDEM

²¹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

agrupamento de pessoas de acordo com suas características na vida intelectual, social, profissional e etc. Alvarez (2007) toma rebeldia como característica presente na categoria juventudes e menciona a afronta aos valores da maioria por meio do uso das gírias próprias e inteligíveis para quem não pertença ao grupo. Porém com o uso contínuo, as gírias acabam passando a fazer parte da língua cotidiana e para o jovem é motivo de espanto imaginar que alguém não entenda o que eles estão querendo expressar oralmente quando usam a gíria, ou então como diz Cunha (2004, p. 244), quando discute o uso da gíria: “desde o momento em que adquirem a consciência de sua unidade, os que não pertencem ao círculo, os não iniciados, passam a ser vistos como profanos”.

Tanto quanto a sua linguagem, ao nos remetermos para o cotidiano uma série de imagens construídas a respeito da juventude interferem diretamente na nossa capacidade de entender essa categoria. Uma dessas imagens aparece como referência em Dayrell (2003). É a da transitoriedade. Essa imagem na qual se vê o jovem como alguém que “virá a ser” e que só se concretiza em todas as suas ações no presente na passagem para a vida adulta reside uma tendência a encarar a juventude com certa negatividade, como algo que parece negar o presente vivido para valorizar o futuro onde serão realizadas as suas ações de importância. Entendemos que a iniciativa de estimular a participação de jovens em pesquisas científicas que acontecem na Fundação Oswaldo Cruz pela via da iniciação científica do Programa de Vocação Científica é um avanço nessa perspectiva, no sentido de se acreditar que no momento presente o jovem possa contribuir e obter conhecimento justamente nessa fase de transitoriedade.

5.2 O CONHECIMENTO ADQUIRIDO E PARTILHADO

Nesse momento, é importante que se retome algumas das concepções presentes nos objetivos e nas diretrizes do Provoc da EPSJV para que possamos fundamentar o que foi dito no último parágrafo. As contribuições que fazem parte dos objetivos do programa e que são expressas em possibilitar ao jovem a vivência em um laboratório num confronto teórico-prático, em despertar no estudante o interesse pela pesquisa científica e contribuir na escolha profissional consciente, em permitir a participação do jovem no desenvolvimento de pesquisa e descobrir uma identificação com a área pesquisada, são elementos que apesar de apontarem para o futuro dão crédito e possibilidades ao jovem no presente. Esse fato ainda é fortalecido pela participação em eventos científicos, em congressos e jornadas científicas. Segundo os participantes do grupo focal, o fato de estarem mostrando o seu trabalho para profissionais e

estudantes de nível superior, é fundamental no sentido de ter durante a sua participação o seu esforço e trabalho reconhecidos. Quando mencionaram a participação em congressos, palestras e exposições falaram disso com orgulho e demonstraram que se sentiam recompensados intelectualmente com essas participações. Sendo o PROVOC DLIS um programa destinado aos moradores de Manguinhos, totalizando jovens de baixa renda, poder estar presente em eventos realizados fora da cidade do Rio de Janeiro, financiados pela Fiocruz ou pelo Programa de Vocação Científica foi considerada uma forma de destaque pessoal dentro do programa.

A minha inscrição para a ABRASCO não foi paga porque eles abriram uma exceção por eu ser um morador da comunidade e ter me interessado em participar. A Fiocruz pagou a passagem e a estadia. (informação verbal)²²

Na ABRASCO, em Recife, um pesquisador perguntou em qual ano da faculdade eu estava e eu respondi: Em nenhum. E quando eu dizia que morava na favela então que a surpresa era maior. (informação verbal)²³

Eu fui para a FESBE e posso dizer que foi uma ‘viagem’. Eu apresentei um trabalho e falei até com pesquisadores estrangeiros. Apresentei um pôster com os resultados da minha pesquisa. (informação verbal)²⁴

Esses relatos acima ganham contornos de destaque quando se pensa em outras afirmativas dos jovens sobre um novo sentido de conhecimento detectado no grupo focal: o conhecimento do interior da Fundação Oswaldo Cruz. Esse sentido de conhecimento foi colocado como sendo o rompimento da barreira existente entre a Fiocruz e os moradores da comunidade, e aí eles se colocam como protagonistas sendo alunos e moradores. De modo que sentiram que ultrapassaram barreiras no momento em que foram selecionados para participar do programa. Embora antes da seleção para o programa tivessem participado de atividades pontuais promovidas pela Fiocruz, tais como campanhas de vacinação e festas do tipo Fiocruz pra Você, não demonstraram reconhecer nessas atividades uma relação de convívio contínuo e nem de conhecimento da instituição, só ficando claro que essa desmistificação da instituição passou a existir a partir do momento do ingresso no Programa de Vocação Científica.

Para esses jovens houve uma ruptura e ao mesmo tempo uma ampliação do conhecimento sobre a atuação e a missão da instituição. O que antes eles pensavam ser apenas um castelo bonito e imponente olhado de longe se transformou em um enorme espaço onde se

²² Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

²³ IDEM

²⁴ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

faz pesquisa. Nesse mesmo sentido a idéia de que na Fiocruz acontecem descobertas a cada segundo foi substituída pela idéia de que existem pesquisas bem sucedidas, outras em andamento e outras que não conseguem imediatamente os seus intentos e cujo pesquisador responsável continua pesquisando.

Minha vida era limitada em casa. Quando entrei na Fiocruz eu descobri como o mundo é grande. Eu conhecia a Fiocruz e não conhecia a Fiocruz. Eu pensava que a Fiocruz era só o castelinho... (informação verbal)²⁵

Outra idéia que se tem é que aqui acontecem descobertas a cada segundo. E isso é abstrato porque o maior acesso quem tem são os alunos que estudam aqui dentro. Fora isso a comunidade só tem acesso ao posto de saúde ou quando tem mais algum evento aberto para a comunidade. Ninguém de lá conhece mais setor nenhum. (informação verbal)²⁶

No início era apenas um castelinho, hoje eu sei andar em tudo que é canto aqui e sei que é enorme, não é apenas um castelinho. Não tem como a gente ter noção do que tem aqui dentro. Quando a gente chega descobre que inúmeras coisas acontecem aqui. (informação verbal)²⁷

Os depoimentos dos participantes do grupo focal vêm de encontro às afirmações de um dirigente entrevistado para este estudo. Para ele no momento da criação do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável para atuar prioritariamente em Manguinhos e que foi anterior a criação do Laboratório Territorial de Manguinhos onde os jovens foram inseridos a partir do PROVOC DLIS houve um grande movimento no sentido de co-participação da comunidade com várias iniciativas instituídas junto aos moradores e trabalhadores das comunidades vizinhas a Fiocruz, com ações de promoção da saúde no seu sentido mais amplo considerando a multiplicidade dos fatores determinantes da qualidade de vida, ou seja, ambiente, trabalho e renda, moradia, alimentação, educação, informação, acesso a cultura e ao lazer. Dentre essas iniciativas ele citou a cooperativa de trabalhadores de Manguinhos (COTRAM) como sendo o marco de atuação dessas pessoas dentro da instituição, pois trabalhavam na Fiocruz, na limpeza, na jardinagem e na administração.

Sendo anterior a entrada dos jovens no LTM para realizar pesquisa junto aos moradores, pode-se pensar que o fato de os jovens apontarem o desconhecimento por parte da comunidade sobre a instituição como um sinalizador que a via de mão dupla pretendida na criação do DLIS não foi totalmente conseguida na comunidade de Manguinhos, embora tenha sido planejada e executada durante bastante tempo. A questão da visão da comunidade sobre a

²⁵ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

²⁶ IDEM

²⁷ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 2ª turma)

Fiocruz e sobre as pesquisas que são realizadas na instituição esteve presente sempre que os atores falaram de suas atividades.

Os participantes do grupo definiram essa visão como sendo de desconfiança em relação à instituição. Essa desconfiança foi explicada pelos membros do grupo como sendo causada pela falta de retorno efetivo a tantas pesquisas que são feitas com os moradores. Eles relataram que apesar de alguns se recusarem a participar pelo motivo já relatado outros se sentiam envaidecidos por terem sido escolhidos para participar e fazer a pesquisa.

Na parte das entrevistas sempre perguntavam, cobravam os resultados. Porque se você está pesquisando sobre uma doença as pessoas sempre acham que você vai voltar com uma solução. (informação verbal)²⁸

O nosso contato com as pessoas da comunidade era direto porque a gente mora lá e eu mais ainda porque trabalhava com câmera como instrumento de trabalho. Uns tinham preconceito dizendo que a gente só ia lá para fazer pesquisa, entrevistar e que eles deixavam entrar e não tinham nada em troca. (informação verbal)²⁹

Por outro lado existiu segundo uma das coordenadoras entrevistadas, um movimento de sensibilização junto aos pesquisadores da Fiocruz pelo LTM. Inicialmente o grupo de trabalho responsável pelo meio ambiente o laboratório buscou dentro da própria instituição o apoio necessário para implementar a pesquisa sobre fatores poluentes, sobre as questões sócio ambientais, sobre o território e sobre as questões que abordassem no ponto de vista social a saúde e o ambiente. Devemos destacar que a princípio vários pesquisadores de marcos teóricos diferentes aderiram ao projeto do LTM, mas com o tempo e por motivos diversos foram se desligando tanto como colaboradores quanto como orientadores dos jovens do Provo DLIS.

Nas entrevistas e no grupo focal podemos identificar que esse fato em particular se desdobra em duas vertentes. Na primeira a perda de “gás” do PROVOC DLIS desde a sua criação aos dias atuais nos parece estar intimamente ligada a diluição desses primeiros objetivos no momento da criação do Programa DLIS. A segunda aponta para o fato de haver no LTM a adoção da orientação coletiva para os alunos do PROVOC DLIS. No depoimento das coordenadoras encontramos esse fato mencionado de forma positiva e de forma negativa, mas é na fala dos participantes do grupo focal que se identifica a dificuldade que essa orientação coletiva pode causar. Houve menção ao fato de em função do desenho do projeto haver a inserção de vários orientadores e colaboradores durante a duração da participação do

²⁸ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

²⁹ IDEM

aluno no PROVOC DLIS, esse fato foi apontado como causa direta da dificuldade de se estabelecer uma relação aprofundada entre aluno e orientador.

O projeto naquela época teve os orientadores e teve muitos colaboradores que entravam e saíam. Então a relação com uns é boa, com outros não. Com uns mais porque você está trabalhando com eles e com outros menos porque você está trabalhando em um projeto mais distante. (informação verbal)³⁰

Porém, devemos explicitar, que alguns participantes do grupo disseram que ainda trabalham, com seus antigos orientadores e que hoje a relação é ótima e existe parceria e intimidade, justificando essa afirmativa pelo tempo em que conviveram durante o PROVOC DLIS.

No começo a minha relação com os orientadores era um pouco distante. Depois isso mudou, até hoje convivo com meu orientador. Acho que é uma relação boa, apesar dos trancos e barrancos. (informação verbal)³¹

Apesar de não podermos classificar o PROVOC DLIS como sendo um Programa Social instituído pela Fiocruz, também não podemos deixar de considerar a iniciativa como sendo isolada de tais programas de inclusão e socialização por visualizar nela um viés social e uma política de inclusão afinadas com outras iniciativas de programas sociais da instituição, tais como a Oficina-Escola de Manguinhos e o Fazendo e Aprendendo entre outros já descritos nessa pesquisa. O Programa de Vocação Científica da EPSJV, além da parceria com o LTM no sentido de incluir jovens moradores da comunidade de Manguinhos já tinha uma experiência anterior de inclusão com os jovens moradores da comunidade da Maré e tem hoje uma nova parceria nesse sentido com a unidade de BIO-MANGUINHOS para a inserção de alunos da escola Clóvis Monteiro e moradores das comunidades vizinhas a Fiocruz, sinalizando com isso a disponibilidade para esse tipo de iniciativa social.

5.3 AS QUESTÕES FINANCEIRAS

Algumas implicações são intimamente relacionadas ao fato do PROVOC ter essas parcerias com as comunidades e nesse viés não ser considerado um Programa Social da Fiocruz. A mais importante dessas implicações é a concessão de bolsas para os alunos desses convênios. Nas entrevistas esse fato aparece em todas as falas de coordenadores, no sentido de afirmar que é necessário uma ajuda financeira maior para esses alunos. Dentre essas falas existe quem defenda uma parceria entre a Fiocruz e o CNPq que garanta recursos para o

³⁰ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

³¹ IDEM

pagamento de bolsas mais consistentes para esses jovens. Também é recorrente nas falas das coordenadoras que é preciso dar maior visibilidade a esses processos de inclusão de jovens dentro da Fiocruz como um todo. É necessário destacar que existe na Fiocruz uma coordenação de projetos sociais embora na fala de uma das coordenadoras esse fato não chega a promover a articulação entre os programas existentes em várias unidades da Fundação.

Tanto na fala das coordenadoras, quanto nos depoimentos dos jovens no grupo focal aparece o assunto bolsa de fomento ligado sempre ao sentido da necessidade financeira dos jovens e das famílias deles. É interessante observar que enquanto na fala das coordenadoras a bolsa de valor baixo ou irregular é motivo direto da desistência ou abandono do jovem do programa. Nos depoimentos embora apareçam insatisfações em relação ao valor, é unânime a afirmativa de que ao ingressar no programa não sabiam que iriam receber uma ajuda financeira em forma de bolsa auxílio e que esse fato não foi o que motivou o ingresso no processo seletivo do PROVOC embora reconheçam que é um grande estímulo para segurar o aluno até o final da etapa avançada do programa.

Quando eu entrei no PROVOC DLIS também não sabia da bolsa, mas isso sem dúvida motiva. (informação verbal)³²

Quando eu fiz a inscrição eu não sabia que ia ganhar bolsa, depois que fiquei sabendo. Depois que eu soube fiquei feliz, é claro. Mas não entrei pelo dinheiro da bolsa, não falavam em dinheiro na divulgação. (informação verbal)³³

Por outro lado um ponto que merece destaque entre as falas ouvidas se refere ao fato do desconhecimento da comunidade de Manguinhos sobre os programas mantidos pela instituição. Segundo os jovens ouvidos, o desconhecimento promove uma pressão em cima de quem é selecionado para participar do PROVOC DLIS. Essa pressão se traduz pelos comentários que os colegas de escola fazem a respeito do ingresso dos jovens no programa, como por exemplo: quem te colocou lá dentro, quem você conhece lá, da comunidade para entrar só com “pistolão”.

A minha mãe é agente comunitária e trabalha na comunidade. Quando entrei para o PROVOC DLIS as pessoas achavam que ela tinha me colocado aqui, que tinha mexido uns pauzinhos para eu entrar. (informação verbal)³⁴

É também na questão financeira que estão os principais entraves familiares em relação ao programa. Quando foi solicitado aos participantes do grupo focal que falassem sobre a relação com a família antes e durante a participação deles no programa algumas falas foram

³² Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

³³ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 2ª turma)

³⁴ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

por vezes antagônicas. No primeiro momento houve aceitação e apoio ao ingresso no PROVOC DLIS. Porém com o passar do tempo alguns relataram que houve uma pressão familiar para a interrupção do período no programa e que isso foi um fator importante tanto para a desistência quanto para a permanência no Provoc.

Entendemos como relevante o fato da expectativa dessas famílias na relação direta do programa com o mundo do trabalho, em especial, com a permanência na fundação para um futuro emprego. Porém, entre os familiares que apoiaram durante todo o período do jovem no PROVOC DLIS as indicações foram expressivas para o entendimento do programa como um curso que possibilitaria uma ascensão escolar e social, uma porta para a ampliação dos horizontes profissionais e uma grande oportunidade. Também foi destacado o fato do apoio familiar partir da certeza da escolha profissional do aluno.

Eu moro com meu pai, minha mãe e meu irmão que me deram a maior força. Até mesmo quando me deu desânimo, só faltavam me colocar numa sacolinha e me empurrar pra cá. (informação verbal)³⁵

Diziam que isso era importante, era uma experiência nova, uma porta que ia ampliar os meus horizontes e me mostrar um mundo maior. Minha mãe via o Provoc como estudo e meu pai como chance de emprego, uma oportunidade. (informação verbal)³⁶

Em muitos momentos foi citado também, o desejo familiar da carteira assinada como um fator de segurança profissional para o jovem. Outro argumento significativo para a discordância familiar na permanência no programa foi o fato do pequeno valor da bolsa oferecida que consideravam inexpressiva para as necessidades dos jovens e para a ajuda em casa.

Eu tive muita pressão familiar para sair, eles queriam que eu trabalhasse. A bolsa era muito pouco, ou eu ficava para mim ou ajuda minha irmã. Eu morava com ela. Eu errei muito no PROVOC DLIS porque eu não tive iniciativa de dizer eu quero para minha família. Eu fiquei com muito medo de enfrentar porque a minha família me imprensava, principalmente a minha irmã. Ela esperava mais de mim e do pessoal da Fiocruz. Se recusava a vir as reuniões do PROVOC DLIS, então eu desisti. Foi muito difícil conviver com tudo isso. Minha irmã trabalha aqui na limpeza com carteira assinada e queria que eu fizesse o mesmo, mas eu não queria isso para mim. Ela pensa de uma forma e eu penso de outra. A visão dela é pequena. (informação verbal)³⁷

Eles achavam a bolsa pouco, mas depois começaram a incentivar. Acho que eles começaram a ver que eu não entraria na faculdade direto e incentivaram. Eles pediam muito que eu estudasse, mas como eu não estudava aí começaram a criticar dizendo que eu estava aqui a toa, que eu não estava estudando só estava aqui e que aqui não assinavam a carteira. Essa era a visão que eles tinham. (informação verbal)³⁸

³⁵ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

³⁶ IDEM

³⁷ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

³⁸ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

Na verdade, observamos tanto nas entrevistas quanto nos depoimentos do grupo focal, mesmo que em perspectivas diferenciadas, o emprego, a segurança, a carteira assinada, foi um sentido que apareceu constantemente. No momento em que foi perguntado sobre as expectativas que tinham no momento do ingresso no programa houve um consenso na afirmativa de que pensaram ser uma espécie de estágio e preparativo para ingressar na fundação com um vínculo trabalhista. Essa expectativa ganha tons de certeza ao percebermos que uma parte dos participantes, atualmente, tem esse vínculo, quer de bolsista, quer de terceirização com a Fiocruz, mais particularmente com o Laboratório Territorial de Manguinhos. Não ficou claro se houve um apoio direto ou indireto por parte dos orientadores que estimulasse essa expectativa nos alunos.

Porchmann (2004), em suas discussões sobre o jovem em busca do primeiro emprego, embasa esse sentido da segurança financeira que aparece no trabalho de campo desse estudo com tanta frequência. Diz o autor que, o que acontece com o seguimento jovem da sociedade brasileira espelha visivelmente a face do drama social de um país estagnado economicamente nos últimos 24 anos. Apesar do texto do autor ter sido escrito no início dos anos 2000 não se pode afirmar que houve uma mudança significativa nesse quadro. Para Porchmann (apud WICKERT, 2006, p. 263), atualmente o jovem consegue trabalho quase sempre em “bicos” ou estágios rápidos que não apontam para um futuro profissional ou para a estabilidade desejada tanto por ele quanto pela sua família. Esse cenário nos parece confirmar a vulnerabilidade social da própria juventude em relação à inserção no mercado de trabalho e a continuidade de sua vida profissional.

Porchmann (2004) afirma também, que particularmente os jovens são atingidos decisivamente por uma onda de desemprego que estatisticamente anuncia que a cada duas pessoas sem trabalho no Brasil, uma possui menos de 25 anos de idade. O autor aponta como uma alternativa que produza uma mudança significativa a necessidade de proceder a um conjunto de alterações no atual sistema educacional e de formação profissional vigente no país.

Sem a perspectiva de mobilidade social ascendente, cresce, sobretudo entre os jovens, tanto a violência como a emigração da população com maior grau de escolaridade. Assim, em pleno limiar da sociedade do conhecimento, o Brasil precisa abandonar a concepção conservadora e ultrapassada do trabalho como obrigação pela sobrevivência para reconstituir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho. (PORCHMANN, 2004, p. 383-399)

Nesse sentido podemos também considerar a discussão de Guimarães (2005) para pontuar a importância das falas do grupo sobre a relação presente na família, e nas suas

expectativas antes e durante a participação no programa sobre o vértice estudo/trabalho/oportunidade.

Dubar (2001 apud GUIMARÃES, 2005, p. 154) explicita a construção social que emerge da relação das categorias juventude e trabalho. A autora cita Dubar para apontar alguns pontos considerados fundamentais quando se fala nessa relação conflituosa de transição de jovem estudante para jovem trabalhador. Por exemplo, a obrigação de inserir-se no mundo do trabalho imediatamente após o término dos estudos (Ensino Médio ou Graduação) não é de fato um dado natural que tenha existido sempre, até mesmo a palavra inserção tem pouco tempo que é usado com esse significado específico e o mesmo acontece com a visão do jovem como um problema social e como objeto de políticas públicas. Todos esses fatores entraram na discussão sobre juventude aproximadamente no último quarto de século.

Guimarães (2005) faz um pequeno histórico de como essa relação foi reestruturada até chegarmos a visão atual. Aponta o período em que a passagem da escola ou universidade se dava, para a grande maioria, quase que imediatamente. Não somente porque os empregos se expandiam, mas porque existia uma estreita correspondência entre o sistema de ensino e os as exigências da qualificação aos postos de trabalho. No momento em que, segundo a autora, são alteradas três principais condições do sistema de emprego (rompimento da equiparação entre trabalho e emprego remunerado; acaba o modelo do trabalhador permanente e contratado a tempo completo e saem de cena os contratos de longa duração) o emprego deixa de ser uma salvaguarda para o desemprego. Com a flexibilização do trabalho e dos contratos de trabalho, auto emprego, trabalho em tempo parcial, entre outros o trabalho adquire um sentido quase caótico que aponta para intensas transições entre situações ocupacionais onde as trajetórias profissionais não são mais previsíveis. Para Guimarães, nessas condições foi criado o paradoxo entre um destino que ainda era considerado socialmente esperado (que codificava a passagem à vida adulta num círculo que começando na família, estendia-se na escola e culminava com a inserção no mercado de trabalho e na participação política) e suas escassas chances de realização por grande parte das novas gerações.

A mesma autora afirma ainda que, no caso dos jovens brasileiros, a particular configuração do sistema escolar e de seu padrão de inclusão e exclusão aponta para um contingente de jovens com idade entre 18 e 25 anos que compõe um contingente mais afetado pela deterioração das condições de mercado para trabalhadores sem níveis educacionais adequados. A eles cabem as maiores dificuldades, pois em via de regra estão em vias de constituir ou já tendo constituído família, engrossam um bolsão de pobreza que são um

verdadeiro desafio para as políticas públicas e para as demandas em relação as políticas educacionais.

Diria que é sobretudo como fator de risco, desestabilizador das formas de inserção social e padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, necessidade, no centro da agenda de parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2005, p. 159)

Essa ânsia pela estabilidade profissional e a relação que fazem dessa estabilidade com o sistema de ensino, aparece claramente nos depoimentos dos jovens ouvidos no grupo focal. Quando foi pedido aos jovens que eles falassem sobre o que pretendiam para sua futura vida profissional pode-se ter a dimensão de seus planos, de seus anseios, suas dúvidas e certezas. O que a princípio eles afirmaram em relação ao que desejavam para a sua vida profissional ao entrar para o programa foi reconfigurado tanto pela participação no PROVOC quanto pelo amadurecimento que tiveram desde então. A ruptura com antigos conceitos e escolhas acadêmicas consideradas infantis foi mencionada como algo que a participação no programa propiciou. A mudança ou afirmação de escolhas profissionais e pessoais também foi citada.

Eu tinha um sonho meio ‘Indiana Jones’, queria ser arqueólogo, ficar cavando no meio do mato. Hoje eu vejo que não é bem isso não. Tem uma possibilidade que ainda vai demorar, mas hoje eu quero mesmo é ser sociólogo. (informação verbal)³⁹

Quando eu entrei para o Provoc DLIS eu já gostava do curso de ciências. Pensei em fazer biologia, fiz vestibular para medicina e não passei. No ano seguinte passei para enfermagem, mas acabei desistindo. Como eu já vinha me envolvendo nos movimentos sociais desde a época do Provoc acabei fazendo ciências sociais e passei. Estou no 3º período e gosto muito. Até mesmo porque é uma oportunidade de aprofundar tudo que eu estudei o tempo todo no PROVOC DLIS e agora no LTM. (informação verbal)⁴⁰

Antes de entrar no PROVOC DLIS eu queria ser bióloga e não tirei isso da minha cabeça. Eu tenho essa meta, vou estudar para o vestibular de biologia. Trabalho aqui na administração, mas não tem nada a ver, não vou desistir não. Eu quero viajar, quero animais, quero entrar no oceano, eu quero me aprofundar muito e penso em ser bióloga marinha. (informação verbal)⁴¹

Diversos são os estudos que pretendem embasar o planejamento dessas políticas direcionadas a juventude e aconselhar a melhor forma de aplicá-las segundo o ponto de vista de cada pesquisador ou de cada instituição que se debruça sobre as questões relativas a essa coorte de estudo. Optamos por resumir alguns conceitos que julgamos ter destaque nesse debate para introduzir o tema em nossa análise. Quando lemos Abramo (2005) em sua análise detalhada da condição juvenil no Brasil contemporâneo nos debruçamos sobre uma gama de informações que nos conduz a pensar a relação do jovem em suas diversas redes sociais.

³⁹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

⁴⁰ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

⁴¹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 3ª turma)

A autora explicita em seu texto que, a juventude no Brasil teve sua visibilidade até os anos 60 restrita a jovens escolarizados de classe média, situação essa que condensava o significado da condição juvenil e por consequência voltava o debate para uma condição de militância política objetivando a continuidade ou transformação do sistema cultural e político que lhes passara as gerações anteriores. Isso se dava porque a visibilidade vinha por intermédio dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento do jovem em partidos políticos. A partir dos anos 70 acontece uma mudança do foco tanto da discussão quanto da visibilidade. A preocupação com a criança e o adolescente em situação de risco emerge como uma grande ‘onda de pânico’ social que polariza o debate no que diz respeito a juventude e desencadeia uma importante mobilização em torno dos direitos desses seguimentos.

Abramo (2005) afirma ainda que, a percepção da categoria juventude que consegue ultrapassar o sentido de adolescência em risco para além dos setores de classe média e seguindo uma outra direção emergiu mais significativamente de uns quinze anos para cá. Isso se deu pela observação de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos e que muitas vezes ganham maior intensidade a partir daí. Essa afirmativa é acrescida pelo reconhecimento do aparecimento de novos atores juvenis que em sua maioria vieram dos setores populares, principalmente por meio de expressões ligadas a um novo estilo cultural que trouxe questões que não pertenciam às gerações juvenis passadas e para as quais não se haviam pensado nem mesmo em formulações elaboradas politicamente. Nesse sentido, segundo a autora, começaram a ser demandadas, propostas e executadas, algumas ações e projetos para esses seguimentos sobre o termo juventude. A autora toma como ponto de partida deste debate alguns fatores e considera como eixo estruturante o que se foca nas condições e possibilidades de participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e de seus traços dominantes para o qual seria necessário examinar seus valores, opiniões e a atuação social e política da juventude para avaliar como os jovens podem vir a interferir no destino do país e nas questões singulares que os afetam. Também ganha destaque o debate que se volta para a juventude como contingente demográfico buscando verificar as características que versam a respeito das situações de inclusão e exclusão e de vulnerabilidade de certos grupos para concluir sobre os focos prioritários na formulação das políticas sociais.

5.4 DE ONDE VENHO? PARA ONDE VOU?

Para dar continuidade a essa análise é necessário a partir desse momento nos deter nos dados obtidos no trabalho de campo que discutem a participação efetiva dos alunos no Programa de Vocação Científica - PROVOC DLIS. São vários os sentidos que aparecem quando os jovens são estimulados a falar sobre a relação deles com as redes sociais de que participam, ou seja, com a comunidade, com a escola, com a família e com os orientadores do programa. Partindo da relação com os orientadores três sentidos foram revelados como sendo fundamentais: a relação com o orientador em si, com o mundo da pesquisa, com os laboratórios.

Para esses atores o mundo da pesquisa é atraente na medida em que podem ter acesso a ele tanto nas pesquisas biológicas quanto, e principalmente, nas ciências sociais. No momento em que ingressaram no LTM estranharam o fato de um laboratório não ter “bancada” com microscópio, lâminas, já que era essa idéia que estava no imaginário deles, mas a partir do momento que começaram as atividades compreenderam que o que iriam fazer era pesquisa, era ciência.

Eu estranhei quando vi meu laboratório e pensava como podia ser um laboratório se só tinha cadeira, mesa, livro? Não tem microscópio? Como funciona um laboratório assim? (informação verbal)⁴²

Eu pensava que era uma coisa, mas era outra. Meu sonho era ser bióloga e pensei que era um laboratório de biologia. Depois fui entender o que era o Provoc Dlis e gostei muito, abriu mesmo a minha cabeça. Tenho outros conhecimentos agora. (informação verbal)⁴³

É necessário abrir um parêntese para explicitar que foi unânime a afirmativa que no momento em que fizeram uma redação para serem selecionados não sabiam o que fariam dentro do programa. A visão que tinham era que seriam inseridos em um laboratório onde fariam pesquisa relacionada ao campo das ciências biológicas. Em sua maioria o grupo não ficou insatisfeito ao tomar conhecimento que estariam com pesquisadores da área das ciências humanas, embora alguns afirmem que pensam em fazer faculdade de biologia. Apenas um participante do grupo relatou que no momento da entrevista solicitou a coordenadora do PROVOC para ser enviado a um laboratório de bancada e não para a pesquisa proposta no PROVOC DLIS, conseguindo assim uma oportunidade dentro das ciências biológicas. O restante do grupo participou das pesquisas sobre o território de Manguinhos e um participante admitiu ter ficado frustrado por não entender no momento do ingresso que um laboratório como o LTM também fazia pesquisa na área de ciências humanas.

⁴² Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

⁴³ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 3ª turma)

Na época ou estudava ou tinha que trabalhar. E entrei, fiz a redação sem saber para que servia no começo. É o inicial para todo mundo, estar ali é que importa. (informação verbal)⁴⁴

Entre no PROVOC porque estudava na escola Clóvis Monteiro. Fiz a redação, só que não era muito específica para o que era. Eu fui no intuito de me capacitar para o mercado de trabalho. Quando entrei descobri que era para o Provoc Dlis, para trabalhar em uma pesquisa territorial para as pessoas das comunidades do entorno da Fiocruz. Mas eu sonhava em trabalhar com pesquisa biológica e pedi muito para estar em um laboratório, me disseram para ficar no Dlis, mas eu insisti, fiz birra que nem criança e então uma das professoras conseguiu um laboratório. (informação verbal)⁴⁵

No que diz respeito à relação com orientadores e colaboradores da pesquisa onde foram inseridos, podemos destacar que não foram relatados grandes problemas de relacionamento. Além da dificuldade de comunicação derivada da linguagem de ambas as partes alguns pontos foram apontados como dificuldades vividas no início ou durante a participação no programa, porém esses pontos foram descritos como uma ponte para o sentido do conhecimento.

Também foi unânime o relato sobre a dificuldade encontrada na leitura que serviu de base para o trabalho na pesquisa em que os alunos participaram. A quantidade de leitura e a linguagem dos textos foram apontadas como desafios que tiveram que superar durante o programa. Os participantes citaram os temas e níveis de leitura como uma dificuldade que em alguns momentos desanimou e impeliu a desistência de alguns deles. Mas para outros foi citada como um estímulo a vencer esse desafio. Essa dificuldade foi explicada em alguns depoimentos como sendo consequência da falta de base do ensino regular em escolas públicas onde eles cursavam o ensino médio. Devemos destacar que os alunos do PROVOC DLIS eram oriundos de escolas próximas da comunidade de Manguinhos e não de escolas conveniadas ao Provoc originalmente. Até mesmo na fala do jovem que participou do PROVOC em um laboratório de ciências biológicas houve a indicação da leitura como fator de desafio a ser superado.

Meu orientador me falou para eu ler e qualquer dúvida marcasse com ele para conversar. Só que praticamente ficávamos a tarde toda conversando sobre o que era o livro, porque eu não entendia nada daquilo ali. Era uma linguagem totalmente diferente, rebuscada e eu nunca tinha convivido com aquilo. (informação verbal)⁴⁶

Os temas, o nível de leitura e de estudo era muito grande, o LTM estava começando e por ser a primeira turma estava todo mundo aprendendo. A princípio foi um pouco frustrante. (informação verbal)⁴⁷

⁴⁴ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

⁴⁵ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

⁴⁶ IDEM

⁴⁷ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

A gente lia, lia, mas não entendia muito por causa da linguagem. Você que mora em comunidade parece que é de outro mundo. (informação verbal)⁴⁸

Foram apontados também como desafios que são imbricados com o sentido do conhecimento: a produção de textos a partir de filmes assistidos, a confecção de relatórios da pesquisa, a confecção de pôsteres para participação em jornadas científicas e o manuseio de equipamentos eletrônicos como computadores, filmadoras e câmeras. Todos os relatos foram de superação desses desafios e de reconhecimento quanto o ganho pessoal a partir dessa superação.

No começo foi bastante difícil. Olhava e não entendia nada. Assisti a vários filmes que depois tinha que fazer um texto sobre eles, isso era muito difícil de fazer. (informação verbal)⁴⁹

Eu fazia os textos que para mim estavam maravilhosos, perfeitos e quando mostrava aos orientadores, parecia carta que você manda para o correio sem endereço, o texto voltava, voltava de novo e eu me sentia a pior pessoa do mundo, achava que não sabia escrever, não sabia fazer um relatório direito. Até que meu orientador me falou que tudo que eu estava passando ele também já tinha passado. Que todo mundo passa por isso, pois é uma linguagem diferente que ele estava me passando e eu estava conhecendo, aprendendo. (informação verbal)⁵⁰

Na relação orientador aluno, além do relato acima sobre a dificuldade do entendimento da linguagem acadêmica as falas apontaram na direção da mudança da relação interpessoal, que não atendia a existente entre professor e aluno e sim entre pesquisadores e aprendizes. Essa característica foi citada como um incentivo a busca de soluções de problemas pelo próprio aluno que diante de uma dificuldade precisava descobrir por conta própria a resolução da mesma, o que representava uma grande satisfação pessoal quando o intento era bem sucedido.

Como dissemos parágrafos acima, não foram relatados problemas significativos na relação com os orientadores. Alguns participantes do grupo apontaram fatos ocorridos para ilustrar essa relação. Entre os relatos destacam-se impressões que caracterizam o melhor relacionamento do grupo orientado por uma pesquisadora que residia na comunidade, justifica-se esse fato pela forma de abordagem mais próxima da realidade dos alunos sobre assuntos técnicos da pesquisa e pelo tema que envolvia estudos sobre território, ambiente e cidadania da própria comunidade de Manguinhos. Para os atores participantes do grupo focal essa afinidade com essa orientadora foi causa direta do aumento de interesse pelo tema do estudo e pela facilidade na absorção dos conteúdos ministrados. Foi apontada também a

⁴⁸ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

⁴⁹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 2ª turma)

⁵⁰ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

frequência dos encontros entre alunos e orientadores como sendo um fator positivo na adaptação da turma ao laboratório.

Essas afirmativas nos remetem as relações dos alunos com a comunidade. Também nesses relatos encontramos afirmativas diretamente relacionadas ao conhecimento adquirido e uma relevante informação sobre descobertas ao longo do programa no que diz respeito ao saber científico associado ao saber popular e também ao conhecimento de noções que antes da participação no programa eram diluídos na vivência do dia a dia na comunidade em que residem.

Ao serem estimulados a falar sobre essas descobertas que aconteceram durante a participação no programa, os jovens citaram a mudança de conceitos como o principal fator de ganho no tempo que estiveram no laboratório. Essa mudança perpassa o subjetivo quando se pensa em conceitos como o da cidadania e o do respeito ao meio ambiente e define novos valores adquiridos com a prática e a observação. Pode-se citar como exemplo dessa mudança o fato de terem aprendido as causas e as conseqüências de fatos que antes consideram pertencentes ao seu universo. Foram citadas as enchentes como exemplo principal e foi explicitado que a maior descoberta nesse sentido é que enchente de antes do PROVOC DLIS era quando a água invadia as casas e causava prejuízos financeiros e que depois de participarem do programa passaram a entender enchente como um grande acúmulo de causas que envolvem tanto a comunidade quanto o poder público e que a conseqüência de uma enchente poderia ser tanto uma doença quanto a perda de bens materiais. Outro exemplo dado foi o da poluição ambiental causada pela refinaria de Manguinhos e pela fábrica Souza Cruz, o que antes viam como natural começaram a ver como risco tanto ao ambiente como a saúde de todos os moradores da região.

Devemos chamar a atenção para o fato de que essa relação com a comunidade foi entrelaçada por depoimentos sobre as atividades que os alunos desempenharam no Laboratório Territorial de Manguinhos, já que o objeto da pesquisa deles era o território onde moravam e os sujeitos pesquisados os moradores dessa mesma comunidade. Nesse sentido os alunos apontaram o trabalho de campo como sendo o preferido pela maioria. Foram citados como trabalho de campo as atividades de tirar fotos, fazer entrevistas, aplicar questionários e realizar coleta de material. Depois de realizados esses trabalhos de campo eram sistematizados em vídeos, relatórios, estudo de matriz de indicadores entre outros.

O que eu mais gostava era o trabalho de campo. Eu era do grupo de ambiente e cidadania e quando ia pra campo conseguia fazer o link entre o que a gente estava estudando e o que a gente via em campo. (informação verbal)⁵¹

Apesar de considerarem o trabalho de campo como algo prazeroso entre as atividades que realizaram durante a participação no programa, algumas posições se mostraram contraditórias a essa afirmação. É importante destacar que os jovens em alguns momentos consideraram uma dificuldade trabalhar com filmagem e fotografia dentro de suas próprias comunidades. Justificam essa afirmativa com o relato de ocorrências durante essas atividades. Algumas vezes foram inquiridos por moradores ligados a marginalidade sobre a origem desse trabalho e para que e onde as fotos e filmagens seriam usadas. Esses relatos demonstram a naturalização da violência na comunidade, pois os participantes relatam com naturalidade os acontecimentos ocorridos envolvendo o trabalho de campo que realizavam com a chefia do tráfico de drogas pedindo satisfações do que estava sendo feito. Apesar dessa naturalização os jovens também demonstraram sentir medo de algo acontecer com eles pelo fato de fotografarem ou filmarem locais da comunidade.

A gente tinha a dificuldade do medo. Você fotografa, filma algo lá dentro e tem medo até de dormir e alguém bater na sua porta perguntando o que estava fazendo. Isso limita ali para a pesquisa. (informação verbal)⁵²

Quando eu estou filmando ao lado de Manguinhos onde eu moro, sempre fico incomodada. Tem sempre alguém olhando, tem sempre alguém perguntando alguma coisa. As pessoas são cismadas. Se você está tirando foto, está filmando é porque tem algum objetivo. Você pode ficar marcado para o bem e para o mal como aquele que trabalha na Fiocruz. (informação verbal)⁵³

Em outros momentos consideravam o fato de serem moradores do local de pesquisa como um facilitador no trabalho de campo. Nesse sentido os jovens também consideraram um facilitador o fato de pertencerem ao território, pois acreditam que se não fossem conhecidos dificilmente poderiam ter permissão do tráfico para filmarem e fotografarem lá.

O trânsito ficava mais fácil, mas por outro lado tinham coisas que eu mesmo já pensava em não filmar, porque tinha receio. Porque pode dar problemas futuros e é meu nome que vai estar de frente. Mesmo procurando a hora mais deserta misteriosamente tem alguém que vê, sempre tem alguém que vê. (informação verbal)⁵⁴

Fica tudo muito pessoal por morar na comunidade, se não fosse assim seria menos pessoal. Apesar de que certas vezes foi bom morar ali, porque esse negócio de andar

⁵¹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

⁵² Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 2ª turma)

⁵³ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

⁵⁴ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

com câmera na mão e passar pelo tráfico, se a gente não fosse conhecido como morador não ia dar muito certo. (informação verbal)⁵⁵

A partir de seu trabalho junto aos pesquisadores esses jovens residentes na comunidade de Manguinhos alegam que o fato do campo desse trabalho ser a própria comunidade fez com que entendessem a relação do que eles viviam com a relação do que eles estudavam. Isso propiciou uma nova gama de valores adquiridos. Conceitos como higiene relacionados a proliferação de doenças, poluição relacionados com agentes causadores de doenças e ignorância relacionados com a não prevenção foram descobertas que os jovens atribuíram a vivência obtida durante a permanência no PROVOC DLIS.

Quando eu era criança nem pensava que a água podia estar infectada. Brincava na enchente como o pessoal faz hoje. Só depois que estava aqui no PROVOC DLIS que fui perceber que isso ali não era água limpa, que não era muito legal ficar mergulhando ali. (informação verbal)⁵⁶

Teve um trabalho sobre enchente que demorou meses pra gente entender o conceito de enchente, porque enchente para nós era quando tinha água e causava desastre, tinha perda e isso na verdade não engloba tudo o que significa enchente. A prática a gente tinha como morador, mas depois do Provoc DLIS é que conseguimos associar. (informação verbal)⁵⁷

Eu via aquilo ali na prática. Eu via a coleta do material, eu via a desigualdade social como a principal causadora de doenças como a esquistossomose. Eu via como as desigualdades na área davam condições para a proliferação da doença. (informação verbal)⁵⁸

Antes de fazer o Provoc eu achava que onde eu morava as condições eram apenas de falta de higiene, mas não achava que aquilo podia causar doenças. No Provoc, pela experiência, eu vi que aquilo provoca infecção e doença em absoluto. (informação verbal)⁵⁹

No momento em que o assunto discutido no grupo foi a relação dos jovens com a comunidade escolar, várias foram as considerações a respeito do preconceito por parte de colegas da escola e de reconhecimento por parte de professores. Embora o fato de estar inserido no PROVOC DLIS e do programa pertencer a Fundação Oswaldo Cruz, o que causava algumas dificuldades para eles dentro da escola, como explicaremos abaixo, o orgulho que sentiam se mostrou evidente em suas falas durante a realização do grupo focal.

Eu falava muito do PROVOC DLIS na escola. Eu me sentia a bióloga da Fiocruz. Mas o pessoal não me dava muita confiança não. Porque eles não entendiam e os que entendiam falavam: Que besteira! Nada a ver! Como é chato ficar pesquisando enchente! (informação verbal)⁶⁰

⁵⁵ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

⁵⁶ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

⁵⁷ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

⁵⁸ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

⁵⁹ IDEM

⁶⁰ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 2ª turma)

Foi unânime a afirmativa que gostavam de serem considerados diferentes dos demais pelo fato de estarem realizando um trabalho dentro da fundação. Esse destaque, no entendimento dos participantes, causou uma expectativa de sucesso nas disciplinas que envolviam biologia e química. Esse fato foi citado por quase todos como sendo uma grande dificuldade a ser superada. Os professores e colegas os viam como referência e cobravam deles a obtenção de boas notas e conhecimento nessas disciplinas, o que nem sempre acontecia gerando certa frustração e stress no aluno.

No meu caso, como teve um processo seletivo, todos ficaram sabendo que eu estava na Fiocruz. Aí era obrigado a tirar dez em biologia. No último ano eu fiz um vídeo muito bom sobre aquecimento global e disseram: Ah! Tinha que ser o biólogo! (informação verbal)⁶¹

Quando tinha prova de química, física ou biologia adivinha a quem vinham perguntar? Eu estava lá atrás e eles vinham: Você não trabalha nessa parte? Tem que saber! Acabava que na prova ou trabalho tirar dez era a minha obrigação. (informação verbal)⁶²

Para finalizar essa análise achamos importante pontuar as impressões que os participantes do grupo focal relataram sobre o que representou o PROVOC DLIS em suas vidas. Por considerar relevante para este estudo, optamos por transcrever na íntegra alguns desses depoimentos:

Eu vi o PROVOC DLIS como uma ferramenta. Dá uma lapidada em todos os conhecimentos que eu tive aqui e na vida. Perceber que eu posso tanto ensinar, quanto aprender com todo mundo. Tanto aluno novo, pesquisador, independente da idade. Resumindo em uma palavra, seria lapidador mesmo. É a lapidação do conhecimento. (informação verbal)⁶³

Para mim foi quase que definitivo na minha carreira profissional. Até para conhecer outras coisas por ser um projeto tão abrangente acabou me levando para outras áreas, da comunicação, das artes. E foi decisivo para a escolha da minha carreira. Também foi bom porque eu fiz amizade com outras pessoas, conheci outros grupos fora de Manguinhos. Para mim quase toda a minha história é aqui na Fiocruz. Eu estou com 23 anos e entrei na Fiocruz com 16. (informação verbal)⁶⁴

Quando cheguei aqui hoje tive uma ótima notícia. Eu soube que o Provoc está trabalhando na área do Clóvis Monteiro. Toda vez que tinha que escrever um relatório sobre o que você acha do programa e nos textos para o laboratório eu sempre colocava que eu achava muito importante a participação do programa nas áreas mais carentes. E eu achei uma coisa muito interessante, eu fiquei satisfeito com essa notícia. Porque além do colégio, tem um projeto ali. Porque as pessoas, que ficam aqui, no PROVOC, querendo ou não, são do Pedro I, do Cap e mesmo que não tenham uma renda menor ou maior em relação ao povo do Clóvis Monteiro,

⁶¹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

⁶² Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 1ª turma)

⁶³ IDEM

⁶⁴ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

tem um diferencial. Tem uma tendência e diferença de nível social e até de conhecimento. (informação verbal)⁶⁵

E como eu tive a oportunidade de crescer, eu queria que outras pessoas em minha volta tivessem também. Quando lá no Clovis me perguntava: Como eu faço pra entrar? Não tem como. Você mora em comunidade, não tem como entrar com a sua idade. Não tem como. Eu queria ter essa oportunidade. Eu levei cartaz lá, falei com a diretora. Então, eu estou satisfeito por isso. (informação verbal)⁶⁶

Porque toda vez que eu fazia um relatório, eu colocava que a minha vida é um degrau. Um degrau eterno. Só quando Deus determinar: você vai parar por aqui. Que é difícil você dar o primeiro passo, que para o primeiro passo você tem que lutar, lutar. Tem dificuldades, mas você não pode desistir. Quando você sabe o que quer, você fica satisfeito. Satisfeito entre aspas, porque sempre quer mais né. Tem ambição que é boa. Essa ambição é boa. No limite, com respeito, através de um crescimento pessoal e pensando no próximo, que eu penso muito. Em crescer e dar o melhor pra eles. O PROVOC foi uma porta que se abriu, que continua aberta e que eu continuo frequentando. Continua aberta, a porta não se fechou. Eu vou no laboratório desejar: Feliz Natal! Eu mantenho um diálogo ainda e a porta que abriu, continua aberta. Que eu venha sair abrindo outras portas. Eu acho que se eu não tivesse aprendido nessa etapa, talvez eu tivesse aprendido certas coisas no tapa. Entendeu. Eu aprendi aqui com respeito, igualdade e humanismo. (informação verbal)⁶⁷

Foi à base pra mim, eu acho. Foi interessante, mais conhecimento na minha vida pessoal e profissional também. E é igual ao que ele falou, foi uma porta mesmo que se abriu. E entrei mesmo, saí... não continuei no PROVOC. Mais no período que eu fiquei, mudou muito minha vida. (informação verbal)⁶⁸

Pra mim foi muito importante, apesar de tudo que eu passei na minha vida. Porque eu tive um conhecimento. E tudo que eu guardei, e tudo que eu aprendi com os meus coordenadores, com os alunos igual a mim aprendi muito com cada um. A nossa experiência de vida é diferente, antes de começar. Que a minha experiência de vida é o conhecimento que eu guardei no PROVOC e eu espero com isso crescer mais e ter uma carreira. A aprender com cada um que eu vivi aqui dentro. (informação verbal)⁶⁹

Esses depoimentos se afinam com as afirmativas dos dirigentes e coordenadores envolvidos tanto na concepção e implantação do Programa DLIS na Fiocruz, quanto na criação e desenvolvimento da parceira do PROVOC com o LTM da qual derivou o PROVOC DLIS e divergem claramente com uma fala em sentido contrário de tudo que foi dito pelos sujeitos da pesquisa do grupo focal.

Esses meninos que passaram por essa experiência estão definitivamente marcados por ela. Por ser um projeto transformador é uma experiência única para eles e também para a instituição. (informação verbal)⁷⁰

Não acredito que mude a relação deles com o lugar onde moram, apenas passam a ver as coisas de forma mais clara. Não é um ano ou dois participando do Provoc que

⁶⁵ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (rapaz 3ª turma)

⁶⁶ IDEM

⁶⁷ IDEM

⁶⁸ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 2ª turma)

⁶⁹ Entrevista realizada no Grupo Focal com alunos egressos (moça 1ª turma)

⁷⁰ Entrevista com coordenadora 1

vai mudar essa relação. Eles terão mais elementos para buscar uma maneira de se relacionar com o local e de produzir algo que seja mais importante, mais significativo para eles e para o seu lugar mas dizer que o Provoc DLIS pode mudar a trajetória desse jovem eu não acredito. Só muda quem já tem algo na sua trajetória interior que esteja indicando esse caminho, esse desejo que vislumbra a possibilidade de estudar mais, buscar mais. Porém se for um destrambelhado, indo para um lugar totalmente fora de prumo eu não acredito que mude. (informação verbal)⁷¹

Também é necessário mencionar que nos depoimentos de dirigentes e coordenadores aparecem indicativos da possibilidade de continuidade das iniciativas que envolvam a participação dos jovens moradores de comunidades vizinhas a fundação apontando para um futuro de um presente modificado.

Existe uma vontade de continuação de receber jovens do Provoc iniciação e de mantê-los no PROVOC avançado, mas para isso é necessário fazer uma pesquisa que nos permita conhecer de fato como é o jovem de Manguinhos. O Provoc nos moldes que tem hoje não tem apelo para os moradores de lá. (informação verbal)⁷²

Nós gostaríamos de dar continuidade em um projeto mais específico do que o PROVOC DLIS. Ouvir mais as experiências de outras unidades, de sistematizar um pouco essas experiências para poder pensar melhor e buscar uma maneira de ser melhor. O LTM em si tem abertura para a inserção de jovens, tem atividades para fazer com eles até porque não foi só o Provoc que trouxe jovens para cá, temos outros subprojetos com inserção de jovens. Portanto ter um pouco mais de sistematização dessas outras experiências seria um ótimo subsídio para pensar de forma planejada o que seria um programa de vocação científica para o desenvolvimento local, de perguntar para a ciência o que a ciência faz para o desenvolvimento local. (informação verbal)⁷³

Tudo isso que a gente falou de uma forma ou de outra já é uma primeira coisa para a gente fazer esse exercício. Colocar esse aluno, esse jovem, essa experiência no contexto. Eu acho que a gente tem que melhorar muito. Acho que o pesquisador da Fiocruz, em geral, não é a questão do aluno de Manguinhos ou do aluno pobre, tem dificuldade de orientar jovens. Ele não é preparado para orientar. Poucos pesquisadores, isso é uma grande discussão também, conseguem ver essa proposta do Provoc que é uma proposta evidentemente política como algo maior. Alguns, felizmente, e por isso o grande prazer que é fazer o Provoc, já incorporaram totalmente. Já viram que você hoje trabalhar com o jovem do ensino médio num país como o nosso é algo que pode ser extremamente importante, que é estratégico, que dá resultado. (informação verbal)⁷⁴

Ao final da construção dessa análise e entendendo que acima de tudo a vivência, a inserção, a participação desses jovens no PROVOC DLIS pode contribuir para seu processo transformador, que marca a passagem da juventude para a vida adulta e modela hábitos, olhares, prazeres e ambições, concluímos que a melhor forma de finalizar esse capítulo é citar as considerações de Dayrell (2003) sobre essas mudanças.

⁷¹ Entrevista com coordenadora 2

⁷² Entrevista com coordenadora 1

⁷³ Entrevista com coordenadora 2

⁷⁴ Entrevista com coordenadora 3

Assim a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de transito entre a infância e a vida adulta, entendida como a última meta da maturidade. Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referencias sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida. (DAYRELL, 2003, p. 42)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento de finalizarmos esse trabalho de pesquisa que por meio da investigação da trajetória do jovem residente de Manguinhos a partir de sua inserção no PROVOC DLIS buscou responder a indagação inicial que fizemos, consideramos que temos mais perguntas a fazer do que respostas a dar. E é nesse sentido que faremos as considerações e os questionamentos que surgiram após a análise das entrevistas e do grupo focal sob a luz de nosso referencial teórico.

Quando terminamos a análise dos dados obtidos nas entrevistas que nos elucidaram a cerca dos princípios norteadores do Programa DLIS, do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório Territorial de Manguinhos, do Programa de Vocação Científica e do PROVOC DLIS, e dos dados obtidos a partir da realização do grupo focal com jovens egressos do PROVOC DLIS que nos apresentaram a realidade a partir: da vivência durante a participação no programa; das relações deles com o meio científico; da sua inserção em um espaço simbolizado pela Fiocruz que até então era impensado, ou como em suas próprias palavras, era fantasioso; das suas descobertas culturais, políticas, sociais; de seus posicionamentos diante de suas próprias expectativas imediatas e futuras e da superação de suas dificuldades, entendemos que como diz Minayo (2007), nenhuma teoria por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos vividos por esses sujeitos.

Portanto, entendendo a riqueza de suas experiências que tornam a realidade a partir de seus olhares, um pouco mais visível e menos obscura é que propomos uma reflexão em torno dos elementos que fazem parte desse estudo construído com base na análise por nós realizada. Entendemos que não podemos desvincular os processos vividos pelos jovens participantes do PROVOC DLIS do contexto de elementos historicamente construídos ao longo dos anos e que deram origem a separação por classes em nossa sociedade. Esses elementos presentes no desenvolvimento dessa pesquisa, tais como, educação pública; situação de risco; vulnerabilidade da juventude desassistida em suas necessidades básicas; políticas para a coorte da juventude; programas sociais voltados para a juventude são fundamentais para

refletirmos sobre as condições em que esses atores chegaram a instituição, sobre os acontecimentos ocorridos durante a sua permanência no programa e sobre suas expectativas e planos ao final deste.

Iniciamos a nossa reflexão partindo da definição de iniciação científica defendida pelo CNPq e que nos parece ser altamente elitista quando define a participação como sendo oferecida aos estudantes potencialmente mais promissores. Como podemos classificar qual estudante é o mais promissor? Pelo seu interesse? Pelos resultados obtidos em escolas consideradas como de excelência? Pela categorização de maturidade intelectual e inteligência? Talvez essas questões sejam o caminho para pensarmos sobre a primeira pergunta que objetivamos responder nesse trabalho. De onde venho?

Sabemos que o jovem aceito para participar do PROVOC DLIS, morador da comunidade de Manguinhos pertence ao ensino público de escolas vizinhas a fundação e a comunidade. Nesse sentido entendemos que em decorrência da precarização da educação básica nas instituições públicas esse jovem já chega a instituição com uma desvantagem estrutural, porém seria prematuro afirmar que essa desvantagem não possa ser superada com a força de vontade e garra para a luta que nessa camada da sociedade é tão nítida. O processo seletivo para o qual se inscrevem define quem fica no programa, mas é a capacidade de superação de suas próprias deficiências que define quem continua até a etapa final. Portanto entendemos que esses alunos podem e devem ser tratados de forma diferenciada no momento do ingresso, mas desejam ser visto como “iguais” no resto do processo. Explicamos que a forma diferenciada a que nos referimos diz respeito a concorrência com alunos vindos de escolas particulares ou públicas de excelência com as quais o PROVOC mantém convênio. Essa forma diferenciada já é praticada no programa, que atende além dessas escolas mencionadas acima, alunos vinculados ao CEASM e alunos da Escola Clovis Monteiro.

Durante a análise nos chamaram atenção algumas opiniões divergentes nas falas das coordenadoras entrevistadas sobre os objetivos presentes na necessidade de inserir jovens no projeto de pesquisa realizado pelo LTM. É certo, que uma nova linguagem trazida pelos jovens e utilizada como facilitadora na comunicação entre a comunidade e a pesquisa aparece nas falas do grupo focal, porém, não como sendo o fator chave da inserção. O conhecimento produzido pela oportunidade dessa relação jovem, comunidade, Fiocruz e pesquisa que foi mencionado por outra coordenadora parece ser o que mais se concretizou durante o período em que os jovens estiveram no PROVOC DLIS. Sendo assim a ambivalência e o conflito de projetos dentro de um mesmo projeto, que se percebe nas falas das coordenadoras, adquire contornos de busca de sentidos para essa participação, ou seja, o jovem é necessário por ser

ele mesmo um interlocutor privilegiado pela sua condição de morador do território criando uma possibilidade de maior participação dos sujeitos pesquisados, mas ao mesmo tempo, é ele que mais usufrui dessa participação construindo novos saberes e difundindo esses saberes entre os seus pares. Esse fato, de importância patente nessa pesquisa é o que dá a esse jovem um pertencimento e uma visibilidade positiva que ele não reconhecia anteriormente. A possibilidade de romper a barreira imposta por uma separação de classes perversa e historicamente construída que deixa esse jovem a margem de usufruir os recursos que a instituição oferece, ou seja, conhecimento científico, equipamentos de última geração, textos e tecnologias, mediante a participação no programa de iniciação científica que é reconhecida por ele como uma oportunidade de ruptura com essa realidade anterior, assim como, de mudança tanto intelectual, quanto social.

Outro questionamento que é possível vem da natureza dos laboratórios onde o jovem que é selecionado justamente por ser morador de comunidades vizinhas é inserido. Sabemos que a iniciativa de parceria com o PROVOC partiu do LTM para atender a uma necessidade dentro de uma pesquisa das ciências sociais, porém, sabemos que entre os jovens selecionados existem aqueles que almejam outro tipo de inserção nos diversos laboratórios da Fiocruz. A pergunta que se faz é: Por que não ampliar essa possibilidade?

Partindo desse conhecimento reconhecido pelo jovem participante do PROVOC DLIS como sendo o fator principal de ganho durante sua permanência no programa, é preciso pensar nas relações que emergem desse processo e que aparecem com destaque na fala desses atores. Com um olhar voltado para os micro processos, podemos destacar a relação desses jovens com seus orientadores. Se analisarmos tudo que foi dito, podemos apontar que se rompidas as barreiras iniciais causadas pela organização acadêmica de linguagem; postura; exigência, o resultado é positivo e o aprendizado acaba sendo de ambas as partes. O aluno aprende com o orientador e vice e versa. Não nos parece existir uma dificuldade incontornável causada pelo fato do jovem ser oriundo de comunidade ou mesmo do fraco ensino público. Essa afirmativa se consubstancia pelo fato de que alguns alunos que participaram do PROVOC DLIS, hoje trabalham lado a lado com seus antigos orientadores, inseridos em projetos de pesquisa do LTM e buscando o aprofundamento do conhecimento adquirido e uma visibilidade cada vez maior. Por outro lado se pensarmos nas normas e regras institucionais que norteiam programas dentro das instituições de pesquisa podemos observar o quanto são fechados os processos de ingresso quando se trata de inserção de jovens moradores de comunidades em programas e projetos mantidos por instituições de pesquisa. Um caminho a seguir talvez seja o de abrir-se o leque de possibilidades. Ao invés de focar a participação

desses jovens exclusivamente em laboratórios de ciências sociais, abrir a eles uma oportunidade de inserção nos laboratórios de qualquer natureza, seja de biologia experimental, seja de estudos aprofundados sobre doenças, seja de comunicação institucional em saúde. Não queremos dizer que os projetos de laboratórios que tratam de pesquisa sobre o território sejam de menor valor para esse jovem, ao contrário, existe uma gama imensa de conhecimento para ser explorado, apropriado e partilhado no que diz respeito a estudos na comunidade envolvendo a promoção da saúde. Porém, não menos importantes para esse mesmo jovem em relação a sua comunidade, são os estudos que envolvem a experimentação, a prática, ao “aprender fazendo”.

Contudo, entendemos que para dar a oportunidade de participação em laboratórios de pesquisas biológicas e experimentais é necessário realizar um trabalho de conscientização e convencimento com os pesquisadores, para que se disponham a aceitar jovens que trazem uma defasagem cognitiva e cultural e também para que invistam no trabalho de resgate das potencialidades desses jovens, entendendo a importância e a relevância desse tipo orientação. No PROVOC DLIS, sabemos de um caso em que essa tentativa foi realizada e os resultados obtiveram sucesso. Nas palavras desse jovem pudemos observar a persistência do objetivo e do sonho vencendo as dificuldades e medos causados pela defasagem do estudo. O resultado de iniciativas dessa natureza, nos parece, seria de ganho social e intelectual num quantitativo imensurável, tanto para o aluno quanto para o pesquisador.

Atualmente o Programa de Vocação Científica mantém parceria similar a do PROVOC DLIS, com o CEASM e com BIOMANGUINHOS, aumentando assim a participação em laboratórios de outras naturezas, mas ainda é pouco diante das possibilidades de inserção que existem em uma instituição de pesquisa como a Fiocruz. Sabemos que os princípios norteadores do PROVOC não colocam o programa em um patamar de Projeto Social, porém reconhecemos que diante das iniciativas e do aceite das parcerias com unidades que oferecem a possibilidade da participação de jovens do território de Manguinhos, a diferença entre esse viés do PROVOC para a denominação de Programa Social se dá tão somente na semântica utilizada.

Também pensamos, nessa mesma linha, sobre relação do programa com a educação profissional. Paraphrasing Paulo Freire (1996), se lidamos com o jovem que chega a essa casa tal como uma tabula rasa no que diz respeito à atividade de pesquisador e reconhecemos que no decorrer de sua trajetória ele ganha conhecimento, prática, saberes e postura de pesquisador e não identificamos que o educamos, o preparamos, demos a ele condições de “vir a ser” um futuro pesquisador, estaremos tão somente na posição de observadores

distantes, o que não é o caso do PROVOC. O que nos mostrou esse trabalho de pesquisa, as entrevistas e principalmente as falas do grupo focal é que existe na participação desses jovens, em especial, uma construção de identidade, um aprendizado tanto dos saberes curriculares, quanto dos saberes socialmente assimilados que faz com que o programa se aproxime das diretrizes que norteiam a educação profissional omnilateral desejada na formação politécnica de saúde.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de fazer com que essas iniciativas de inserção de jovens em projetos científicos ganhem visibilidade dentro e fora da Fiocruz. Nas falas dos egressos do PROVOC DLIS no grupo focal, aparece com destaque o sentimento de orgulho e pertencimento que surge diante da participação em eventos científicos, onde eles podem apresentar os resultados de todo o processo de trabalho que desenvolveram. Esse sentimento é de tal modo importante e necessário que, nos parece, deveria ser incentivado pela instituição, em todas as vertentes que envolvessem os projetos de pesquisa em que o jovem esteja inserido, inclusive com o financiamento que se fizer necessário para sua participação, entendendo que nem sempre o laboratório ou o próprio jovem pode arcar com essa despesa.

Durante a análise das falas do grupo focal alguns depoimentos apontaram para a falta de conhecimento da comunidade sobre a Fiocruz o que nos causou um estranhamento, pois nas entrevistas realizadas com gestores e coordenadores para a construção desse trabalho apareceu, tanto na implantação do Programa DLIS, quanto nos objetivos e princípios do projeto desenvolvido pelo LTM a realização de ações sempre em parceria com a comunidade. Parece-nos que existe aí uma contradição entre ações, objetivos e resultados. Isso aparece claramente na fala dos jovens participantes do PROVOC DLIS quando mencionam a dificuldade na relação com a comunidade quando precisavam realizar um questionário ou filmagem em que era necessária a participação dos moradores. A postura de cobrança em relação a retorno de resultados para pesquisas realizadas, o desconhecimento do objetivo da pesquisa, mesmo em se tratando de busca da qualidade de vida por meio da promoção da saúde, e a postura de desconfiança que a instituição os usa como cobaias para suas pesquisas é mencionada em diversos momentos pelo grupo focal. Cabe então uma indagação feita por uma das coordenadoras ouvidas em entrevista: Que tipo de ciência, a ciência deve desenvolver voltada o desenvolvimento local para ser reconhecida pela comunidade como sujeitos de transformações e mudanças?

Reconhecemos que diante da ausência do poder público em solucionar os problemas mais básicos das comunidades e da fragilidade da própria comunidade na cobrança dessas

soluções a quem de direito, o que acontece é um deslocamento do foco de como e de quem exigir soluções. A comunidade deixa de cobrar do Estado e passa a cobrar da instituição de pesquisa. Como vizinhos da fundação os moradores imaginam que diante da presença de uma instituição tão rica e cheia de possibilidades seria possível romper a atual conjuntura econômica e social vivenciada por eles. Porém não se pode exigir que as instituições de pesquisa ocupem um lugar que não lhes cabe, o deslocamento de ações que devem ser implementadas pelo Estado por meio de políticas públicas para essas instituições é perigoso justamente pela impossibilidade de atender as demandas da própria comunidade e de se inverter os papéis de responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Também não podemos nos furtar a mencionar que sem respostas pós pesquisa científica a comunidade não atinge a tal mudança para a melhoria de sua qualidade de vida. Acreditamos que a continuidade de projetos e programas continuados de conscientização e permanência e uma maior transparência nas informações dos resultados possam contribuir para que as comunidades vizinhas, cada vez mais, acreditem na transformação que uma pesquisa que vise a promoção da saúde no seu sentido mais amplo, possa construir.

Outra questão que devemos destacar tanto das falas dos entrevistados, quanto nas do grupo focal é a questão financeira. Foi pontual e recorrente a afirmativa da necessidade de uma bolsa de fomento principalmente nesse tipo de programa que recebe jovens das comunidades. Observamos nas falas do grupo focal, que é unânime a preocupação, com a cobrança da família em relação à ajuda financeira que é esperada desse jovem depois que passa da infância para a adolescência. Ora, se a família tem dificuldade de ver nesse tipo de projeto uma possibilidade de crescimento intelectual e profissional no futuro, é lógico que a pressão para o abandono do programa parta daí. O jovem que ainda não é independente, que reside com os pais ou a família, se vê numa situação onde fica muito difícil prosseguir até o final da segunda etapa do programa.

É delicado construir uma afirmativa no sentido de responsabilizar a instituição por uma ajuda financeira para que o jovem possa suprir as necessidades pessoais e familiares. É antes de tudo desresponsabilizar o poder público e suas políticas sociais assumindo um papel que não é nem a missão da Fiocruz e nem o princípio que norteia o Programa de Vocação Científica. O jovem de Manguinhos quando chega à Fiocruz para o processo de seleção que permite o seu ingresso no programa, desconhece a existência da bolsa e mesmo assim se mostra interessado em participar. A partir do ingresso é informado da existência de uma bolsa social de valor suficiente para seu transporte nos dias que precisa estar presente no laboratório. É oferecida alimentação na EPSJV nesses mesmos dias. Mesmo não sendo um

valor alto, reconhecemos a tentativa da instituição de manter para esse jovem um olhar diferenciado, já que a grande maioria dos alunos do PROVOC não recebe essa bolsa que a princípio existe para o aluno que apresente dificuldades financeiras. Não podemos deixar de mencionar que na fala de todos os coordenadores ouvidos uma bolsa de fomento, ou mantida pela própria Fiocruz, ou vinda de órgãos voltados a pesquisa seria um facilitador nos processos de ingresso e continuidade no programa.

Porém uma reflexão sobre toda essa questão se faz necessária. O jovem que desiste do Programa e aceita, sem muito critério, uma oferta de colocação no mercado de trabalho que lhe é oferecida, está respondendo a necessidade básica de sobrevivência que em muitos casos vai de encontro a sua vontade de prosseguir seus estudos na pesquisa em busca de realização pessoal, ascensão social e da futura realização profissional. Embora uma bolsa de maior valor pudesse talvez fazer frente a esse chamado do mercado, não nos parece ser a solução para os casos de desistência. Os princípios que norteiam o PROVOC, ou seja, estimular; contribuir; possibilitar; e permitir a vivência de estudantes que se identifiquem com a pesquisa científica dentro dos laboratórios e de propiciar um confronto teórico-básico no dia a dia dessa experiência, já é por si só um incentivo para a permanência do jovem no programa, desde que ele e sua família entendam a representatividade que uma experiência dessa natureza pode ter para o seu futuro. Talvez essa nossa consideração aponte para um trabalho de conscientização com as famílias dos jovens selecionados a fim de elucidar os objetivos, os pressupostos, as finalidades do programa. Com isso, o ganho poderia ser o de minimizar a pressão familiar no sentido da troca da participação do jovem no programa por um trabalho precarizado. Apesar de reconhecermos a dificuldade dessa conscientização em pessoas com a vida marcada pela pobreza e pela carência de todas as ordens, a tentativa nos parece válida mesmo que a partir de um certo momento esse apoio deixe de existir e a pressão se instale e o aluno acabe por desistir. Isso nos remete a fala de uma das coordenadoras ouvidas: “O aluno pode desistir de nós, mas nós não podemos desistir do aluno”.

É claro que uma das expectativas mencionadas pelos participantes do grupo focal é a expectativa do ingresso no mercado de trabalho. O jovem no momento do ingresso vislumbra a possibilidade de ser admitido no quadro de funcionários de seu laboratório. É recorrente a afirmativa de busca da aceitação de uma participação satisfatória como ponto de partida para o reconhecimento da parte profissional que levaria a efetivação num futuro trabalho na área em que atuou durante o programa. É legítimo esse anseio, mas nos parece estar impregnado de sentidos distorcidos e construídos pela mesma realidade econômica do nosso país que falamos anteriormente. A ênfase na relação educação e preparação para o trabalho como

estratégia para superação da pobreza construída nos últimos anos, que associa o trabalho educativo unicamente a dimensão produtiva e que é traduzido nas orientações dos órgãos internacionais para a formulação de políticas para a juventude, chega de forma contundente na vida desse jovem da chamada classe desfavorecida. Aqui começa a segunda indagação dessa pesquisa: Para onde vou?

É rica a fala dos jovens quando o assunto é o que construíram nesse tempo de participação no PROVOC DLIS. A ânsia por novos conhecimentos, tão típica dessa faixa etária, aparece de forma contundente na fala dos jovens ouvidos no grupo focal. Sabemos, até mesmo referenciados por autores que escrevem a respeito, que apesar da rebeldia em certos posicionamentos, o jovem busca o exemplo dentro dos grupos em que se insere. Sendo assim, nos parece, ser altamente construtiva a convivência dentro do ambiente acadêmico de pesquisa, proporcionada pela inserção em programas do tipo PROVOC. Foram diversas as citações sobre como eles se sentiam antes da participação no programa e como se sentem no momento atual em relação a essa participação e sem discordância apontaram como positiva a vivência e o exemplo trazido por orientadores e coordenadores para uma mudança de posicionamento diante da realidade e dos problemas vividos até então. Apesar desse testemunho positivo, nos surpreende que durante as entrevistas com coordenadores do projeto apareça uma afirmativa determinista de que o jovem não pode ser moldado de acordo com suas relações sociais e que a mudança só acontece para o jovem que já tem algo na sua trajetória que esteja indicando esse caminho. Essa afirmativa vai de encontro à realidade apresentada pelos atores do grupo focal. Felizmente em todas as outras entrevistas o que se pode observar foi o oposto a essa afirmativa. A importância de programas nos moldes do PROVOC como possibilidade de mudança na trajetória do jovem oriundo de comunidades carentes foi pontuada e destacada como fator fundamental para a continuidade desses programas. Os jovens participantes consideram a experiência que tiveram dentro do PROVOC DLIS, como marcante, inesquecível, transformadora em suas vidas. Isso nos remete a afirmativa de Groppo (2000) sobre não podermos definir a juventude como uma categoria estanque, pois é através da diversidade de construções sociais obtidas pela combinação do sujeito com outras realidades sociais, ou seja, de classe, etnia, gênero, local onde vivem é que se constrói sua singularidade, e em sendo assim permite a existência de várias juventudes no interior da categoria juventude. Também Carrano (2007) nos faz refletir a respeito desse assunto quando fala da multiplicidade de estímulos a que o jovem está exposto. No caso da participação em programas de iniciação científica esses estímulos podem gerar atitudes e valores que influenciam diretamente em suas escolhas e seus planos para o futuro definindo

uma trajetória que parte de uma forma e com o passar do tempo se transforma e se reconfigura em outra que contempla a construção de um novo projeto de vida.

São essas reflexões que nos deixam à vontade para sugerir aos gestores que planejam essas iniciativas do tipo do PROVOC, que procurem estratégias para ampliar programas que possibilitem a participação desses jovens. Programas que não sejam pontuais e focalizados, mas que sejam de continuidade, que promovam a ruptura com conceitos históricos e epistemológicos estabelecidos pelo marco da divisão da sociedade em classes e que tenham o diferencial do olhar macro que vislumbra o futuro de sucesso para esses jovens participantes. A diluição ou perda de “gás” do PROVOC DLIS no momento atual contrasta diretamente com a fala dos coordenadores que acreditam na continuidade do Programa. Então qual o caminho se deve seguir para que essa iniciativa não perca sua força? Na nossa observação a resposta esta na importância que o jovem participante dá ao Programa. Consideramos que essa importância não pode ser maior para eles do que para a instituição. É nesse sentido a nossa sugestão de novas estratégias e da busca de mudanças para as que já existem. Pois se o jovem procura a Fiocruz, se ele responde satisfatoriamente quando é chamado para conhecer o programa, se ele é selecionado e insere-se nos laboratórios é preciso pensar em estratégias que possam dar a essa participação condições de permanência durante todas as etapas do programa.

Com esse trabalho de pesquisa, não estamos pretendendo solucionar um problema tão complexo como o da exclusão social dos jovens em situação de risco no Rio de Janeiro ou no Brasil. Sabemos que essa exclusão foi construída ao longo e paralela a história do nosso país. Porém, esperamos sim, contribuir para que novos caminhos possam ser pensados na questão da inserção de jovens em programas de iniciação científica como o da EPSJV da Fiocruz, em ambientes que possam modificar a sua trajetória. Queremos abrir a discussão em torno do assunto, abrir a possibilidade de que a exemplo do que já acontece em certos recortes da sociedade que se debruça nas discussões que buscam responder as questões da relação dos jovens com o mundo do trabalho, se possa criar uma arena de diálogo em torno das questões envolvendo a possibilidade de mudança interior e social propiciada por programas que incluam jovens de baixa renda e moradores de comunidades em projetos de ciência e tecnologia. Durante a pesquisa realizada, detectamos na fala de cada um dos atores que ouvimos a esperança, a busca, a realidade dessa chance. E é por eles e para eles que a “porta” da Fundação Oswaldo Cruz precisa estar aberta.

Finalizamos nossas considerações com uma reflexão propiciada por uma música popular brasileira, que nos remete a pergunta inicial: De onde venho, para onde vou?

*Se eu pudesse, dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem um bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão.*

*Não aprendia as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que não conhecia a famosa Funabem
Onde foi minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada, pra vender bala no trem*

*Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado
Num colégio legal
Muitos me chamam pivete
Mas poucos me deram um apoio moral*

*Se eu pudesse eu não seria um problema social.
(composição de Guará/Fernandinho)*

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-71.
- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. A gíria juvenil em três contextos latinoamericanos: Cuba, Brasil e Chile. **Revista Contextos**, Sntiago do Chile, v. 1, p. 21-38, 2007.
- ALVIM, Rosilene. Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil. In: ABREU, A. R. de P.; FONTE, E. G. da (Org.). **O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: JC Ed., 1994.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BASÍLIO, L. C.; EARP, M. L. S.; NORONHA, P. A. (Org.). **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998
- BODSTEIN, Regina; ZANCAN, Lenira F. **Monitoramento e avaliação do programa de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) Manguinhos**. Rio de Janeiro: FIO CRUZ/ENSP, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 9 out. 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 9 out. 2007.
- CARRANO, Paulo. Os jovens não renunciaram às lutas sociais. **Mercado Ético**, [São Paulo], Sala temática, Juventude e novas lideranças, 17 out. 2008. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/paulo-carrano-os-jovens-nao-renunciaram-as-lutas-sociais/>>. Acesso em: 3 maio 2010.
- CARRANO, Paulo; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. Culturas e expressividades juvenis uma janela para a escola. **Salto para o Futuro: boletim Debate juventudes em rede: jovens produzindo educação, trabalho e cultura**, Brasília, DF, n. 24, Programa 3 – Culturas juvenis em espaços populares, p. 34-45. nov. 2007.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas - políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Políticas para quem e para quê: conceitos e perspectivas de juventude em documentos de políticas do Banco Mundial e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)**. Salvador, BA: 2007. 19p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/SemPopPob07_Castro.pdf>. Acesso em: 9 out. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Programa institucional de iniciação científica.** Disponível em: <<http://www.cnpq.br/programasespeciais/pibic/index.htm>>. Acesso em: 9 out. 2007.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 65-80.

CUNHA, Celso Ferreira da. Em torno dos conceitos de gíria e calão. In: PEREIRA, Cilene da Cunha (Org.). **Sob a pele das palavras: dispersos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 237-262.

CUNNINGHAM, Wendy (Coord.). **Jovens em situação de risco no Brasil: volume 1: achados relevantes para as políticas públicas.** Brasília, DF: Banco Mundial, 2007. (O livro foi baseado no Relatório nº 32310-BR Estudo sobre jovens em situação de risco no Brasil.)

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FAU, René. Características gerais do grupo durante a adolescência. In: BRITTO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude III: a vida coletiva juvenil.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1968. p. 43-46.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Laboratório territorial de Manguinhos.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, [200?]. Disponível em: <<http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br>>. Acesso em: 2 nov. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FRUTUOSO, Telma de Mello. **A influência da iniciação científica no ensino médio: contribuições para a educação em ciência na sala de aula.** Rio de Janeiro: EPSJV, mar. 2004. (Relatório de pesquisa de bolsista PAETEC, no núcleo de Programa de Vocação Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio).

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 67-79.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

LIMA, Carla Moura; BUENO, Leonardo Brasil (Org.). **Território, participação popular e saúde: Manguinhos em debate.** Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010.

MENDONÇA, Julieta Vallim. **Inserção de alunos de ensino médio da rede pública do Município do Rio de Janeiro nas atividades de iniciação científica do Programa de Vocação Científica da Fundação Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: EPSJV, 1999. (Relatório de pesquisa, do núcleo de Programa de Vocação Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PIVETTA, Fátima; FREITAS, Jairo Dias de; MARTINS, Isabel Cristina Martins. **Ambiente de Manguinhos: concertação social para a promoção da saúde**. (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro. Fiocruz, 2003.

PORCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: <<http://www.sebrae.org.br>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline Bertino (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WICKERT, Luciana Fim. Desemprego e Juventude: jovens em busca do primeiro emprego. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 258-269, jun. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n2/v26n2a08.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2010.

BIBLIOGRAFIA

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Laboratório de iniciação científica na educação básica: LIC-Provoc.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=LIC_PROVOC&MNU=PROVOC&MNU=LIC_PROVOC&Destques=1>. Acesso em: 9 out. 2007.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Portal Fiocruz.** Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Programas sociais: oficina escola de Manguinhos.** Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=921&sid=162>>. Acesso em: 9 out. 2007.

LABATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE REFERÊNCIA 1

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*De onde vim? Para onde vou? Conhecendo o aluno do Provoc Dlis.*”. Você foi selecionado por ter sido aluno do programa de vocação científica (Provoc Dlis). Sua participação não é obrigatória. Se você decidir participar, a qualquer momento você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o processo de inserção do jovem estudante residente na comunidade de Manguinhos, no Provoc Dlis e, por sua vez, no Programa de Vocação Científica – Provoc, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a partir de suas práticas dentro dos laboratórios da Fiocruz. Sua participação nesse estudo consistirá no preenchimento de um questionário sócio-demográfico e na discussão em grupo com outros alunos sobre a sua percepção quanto à sua trajetória nesse programa, do qual você é ou foi aluno.

Os riscos relacionados com sua participação podem ser considerados mínimos, sendo ressalvados, todavia, os aspectos relacionados a algum grau de mobilização psicológica (por exemplo, motivado pelas lembranças de suas experiências como aluno).

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade de que, a partir da análise da experiência dos alunos, possamos contribuir para o Programa Provoc Dlis, assim como, que haja uma repercussão no estudo de juventude na sua relação com educação profissional e nas discussões que envolvam iniciação científica e jovens de comunidades carentes.

As informações obtidas através desta pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. A discussão em grupo será gravada e transcrita, porém os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Dessa forma, os dados aqui coletados poderão ser publicados/divulgados sem revelar a identidade de seus participantes.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer outro momento.

Maria Inez Sodré Saraiva

Endereço e telefone do Pesquisador Principal:

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – CEP 21040-360 – sala 308. Tel: (21) 3865-9741.

inezsodre@fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa – Nº de Identificação (RG)

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (CEP/EPSJV)
Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro 21040-360 sala316. Tel: (21) 3865-9710 e 3865-9705
Fax (21)3865-9701

cep@epsjv.fiocruz.br – www.epsjv.fiocruz.br

APÊNDICE B – TERMO DE REFERÊNCIA 2

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*De onde vim? Para onde vou? Conhecendo o aluno do Provoc Dlis.*”. Você foi selecionado por ser Coordenadora do Programa de Vocação Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Sua participação não é obrigatória. Se você decidir participar, a qualquer momento você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o processo de inserção do jovem estudante residente na comunidade de Manguinhos, no Provoc Dlis e, por sua vez, no Programa de Vocação Científica – Provoc, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a partir de suas práticas dentro dos laboratórios da Fiocruz. Sua participação nesse estudo consistirá em participar de uma entrevista sobre o Provoc Dlis.

Os riscos relacionados com sua participação podem ser considerados mínimos, sendo ressaltados, todavia, os aspectos relacionados a algum grau de mobilização psicológica.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade do seu depoimento ser elucidativo e que possa servir de embasamento no momento da análise da experiência dos alunos, possamos contribuir para o Programa Provoc Dlis, assim como, que haja uma repercussão no estudo de juventude na sua relação com educação profissional e nas discussões que envolvam iniciação científica e jovens de comunidades carentes.

Por se tratar de uma entrevista com sujeito facilmente identificado, as informações obtidas através desta pesquisa são confidenciais e os dados a serem divulgados serão pactuados através de um acordo prévio entre o pesquisador e o entrevistado.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer outro momento.

Maria Inez Sodré Saraiva

Endereço e telefone do Pesquisador Principal:

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – CEP 21040-360 – sala 308. Tel: (21) 3865-9741.

inezsodre@fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa – N° de Identificação (RG)

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (CEP/EPSJV)
Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro 21040-360 sala316. Tel: (21) 3865-9710 e 3865-9705
Fax (21)3865-9701

cep@epsjv.fiocruz.br – www.epsjv.fiocruz.br

APÊNDICE C – TERMO DE REFERÊNCIA 3

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*De onde vim? Para onde vou? Conhecendo o aluno do Provoc Dlis.*”. Você foi selecionado por fazer parte do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável em Manguinhos (DLIS). Sua participação não é obrigatória. Se você decidir participar, a qualquer momento você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o processo de inserção do jovem estudante residente na comunidade de Manguinhos, no Provoc Dlis e, por sua vez, no Programa de Vocação Científica – Provoc, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a partir de suas práticas dentro dos laboratórios da Fiocruz. Sua participação nesse estudo consistirá em participar de uma entrevista sobre o DLIS e o Provoc Dlis.

Os riscos relacionados com sua participação podem ser considerados mínimos, sendo ressalvados, todavia, os aspectos relacionados a algum grau de mobilização psicológica.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade do seu depoimento ser elucidativo e possa servir de embasamento no momento da análise da experiência dos alunos, possamos contribuir para o Programa Provoc Dlis, assim como, que haja uma repercussão no estudo de juventude na sua relação com educação profissional e nas discussões que envolvam iniciação científica e jovens de comunidades carentes.

Por se tratar de uma entrevista com sujeito facilmente identificado, as informações obtidas através desta pesquisa são confidenciais e os dados a serem divulgados serão pactuados através de um acordo prévio entre o pesquisador e o entrevistado.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer outro momento.

Maria Inez Sodré Saraiva

Endereço e telefone do Pesquisador Principal:

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – CEP 21040-360 – sala 308. Tel: (21) 3865-9741.

inezsodre@fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa – Nº de Identificação (RG)

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (CEP/EPSJV)
Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro 21040-360 sala316. Tel: (21) 3865-9710 e 3865-9705
Fax (21)3865-9701

cep@epsjv.fiocruz.br – www.epsjv.fiocruz.br

APÊNDICE D – TERMO DE REFERÊNCIA 4

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*De onde vim? Para onde vou? Conhecendo o aluno do Provoc Dlis.*”. Você foi selecionado por ter sido Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública e ter participado do momento de elaboração e implementação do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável em Manguinhos (DLIS). Sua participação não é obrigatória. Se você decidir participar, a qualquer momento você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o processo de inserção do jovem estudante residente na comunidade de Manguinhos, no Provoc Dlis e, por sua vez, no Programa de Vocação Científica – Provoc, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a partir de suas práticas dentro dos laboratórios da Fiocruz. Sua participação nesse estudo consistirá em participar de uma entrevista sobre o DLIS e o Provoc Dlis.

Os riscos relacionados com sua participação podem ser considerados mínimos, sendo ressalvados, todavia, os aspectos relacionados a algum grau de mobilização psicológica.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade do seu depoimento ser elucidativo e possa servir de embasamento no momento da análise da experiência dos alunos, possamos contribuir para o Programa Provoc Dlis, assim como, que haja uma repercussão no estudo de juventude na sua relação com educação profissional e nas discussões que envolvam iniciação científica e jovens de comunidades carentes.

Por se tratar de uma entrevista com sujeito facilmente identificado, as informações obtidas através desta pesquisa são confidenciais e os dados a serem divulgados serão pactuados através de um acordo prévio entre o pesquisador e o entrevistado.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer outro momento.

Maria Inez Sodré Saraiva

Endereço e telefone do Pesquisador Principal:

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – CEP 21040-360 – sala 308. Tel: (21) 3865-9741.
inezsodre@fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa – Nº de Identificação (RG)

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (CEP/EPSJV)
Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro 21040-360 sala316. Tel: (21) 3865-9710 e 3865-9705
Fax (21)3865-9701

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA

GESTOR FIOCRUZ

- 1) Como surgiu a idéia do Programa DLISS e em que contexto ela estava inserida?
- 2) A implementação do programa dentro das políticas da instituição teve algum entrave? Qual?
- 3) Existe um documento do convenio firmado entre o DLISS e a Fiocruz?
- 4) Qual é a sua relação com o Programa nos dias de hoje?
- 5) Qual o lugar do DLIS na política social da Fiocruz?

COORDENADORA DE PROJETO

- 1) No contexto do DLISS como surgiu a idéia do PROV DLISS? Em que contexto essa idéia estava inserida?
- 2) Como se deu seu desenvolvimento e qual o estado atual?
- 3) Como foi o processo de inserção dos jovens de Manguinhos como alunos participantes do programa Provoc?
- 4) Como foi a adesão dos pesquisadores e/ou participantes ao projeto?
- 5) Como foram selecionados os primeiros jovens moradores de Manguinhos?
- 6) O perfil dos alunos participantes foi mudando durante esses anos ou permanece o mesmo?
- 7) E o objetivo do projeto, mudou ou continua o mesmo?
- 8) No momento atual, como você avaliaria as diversas etapas do programa: seleção, iniciação e avançado.
- 9) Na sua opinião quais os impactos que o programa acarreta na vida desses jovens?
- 10) Qual o impacto do programa na Fiocruz?
- 11) Quais os rumos do Provoc Dlis nos dias de hoje?

COORDENADORA DE PROGRAMA

- 1) Como o Provoc recebeu o convênio com o DLISS?
- 2) Quais as pessoas que estavam envolvidas e como foi de fato estabelecida essa parceria?
- 3) Como foi a seleção desses alunos? Houve diferença entre essa seleção e a realizada tradicionalmente pelo Provoc?
- 4) Ao longo dos anos, quais foram as mudanças mais relevantes ocorridas no Projeto inicial?
- 5) Qual era o perfil de aluno almejado pelo Programa?
- 6) Como foi a inserção desses jovens no Provoc?
- 7) Quais as principais dificuldades ou entraves encontrados na participação desses jovens no Provoc DLIS?
- 8) Quais os rumos do Provoc Dlis nos dias de hoje?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE GRUPO FOCAL

Apresentação

- 1) Qual a primeira palavra que vem a mente quando vocês pensam na experiência que viveram no Provoc Dlis?
- 2) Qual foi o motivo que fez vocês se interessarem em participar do Provoc?
- 3) Em que medida o Provoc Dlis atendeu as expectativas de vocês em relação ao programa?
- 4) Quais foram as atividades que vocês realizaram?
- 5) Como foi a relação de vocês com os orientadores?
- 6) E com as outras pessoas do laboratório?
- 7) Quais foram as dificuldades que vocês enfrentaram durante o tempo em que estiveram no programa? E como vocês lidaram com isso?
- 8) Como vocês viam a Fiocruz antes e como vocês vêem agora?
- 9) Durante o período em que estavam no Provoc Dlis como era a relação de vocês com a família?
- 10) Com os colegas de escola?
- 11) E com os vizinhos e moradores da comunidade?
- 12) Que percepção vocês tinham do lugar onde moram antes e depois de participar das pesquisas do Laboratório Territorial de Manguinhos?
- 13) O que vocês imaginavam para suas vidas profissionais antes de cursar o programa? E depois?
- 14) O que foi o Provoc Dlis na vida de vocês?